

Veículo: A Tarde

Data: 03/06/2019

Assunto: Previdência

Caderno: Economia

Página:

# A TARDE

O jornal de toda Bahia

**PREVIDÊNCIA** Insatisfação da bancada ruralista com fim da isenção deve atrasar votação no Plenário da Câmara Federal

## Novo texto da reforma prevê economia de R\$ 1 tri mas exclui estados e municípios

Pablo Valadares / Câmara dos Deputados / Divulgação

### ESTADÃO CONTEÚDO

Brasília

O novo texto da reforma da Previdência, apresentado ontem na Comissão Especial da Câmara, veio com uma surpresa. A economia esperada com o projeto em dez anos subiu de R\$ 913,5 bilhões para R\$ 1,071 trilhão, após os ajustes complementares feitos pelo relator Samuel Moreira (PSDB-SP). O principal ponto de embate para a votação do texto também acabou sem consenso: estados e municípios ficaram de fora do parecer.

Apesar da reunião de um grupo de governadores com Maia, fracassou um acordo para que Estados e municípios fossem incluídos no texto a ser votado pela Comissão Especial, sem esperar pela votação no plenário, que é a etapa seguinte. A discussão sobre a inclusão da abrangência das regras para servidores estaduais e municipais deve ficar para o plenário (leia abaixo).

A votação foi adiada após mais de cinco horas de sessão e os debates devem continuar na tarde de hoje.

### Setor agrícola

O aumento na "contabilidade" da reforma, para R\$ 1,071 trilhão foi possível não por um aperto nas regras, mas porque Moreira resolveu incluir na conta uma receita adicional de R\$ 83,9 bilhões com o fim da isenção previdenciária das exportações agrícolas. A bancada ruralista pressionava para que esse item fosse retirado do projeto.

Lideranças da Câmara, no entanto, reclamaram de "pontas soltas" no texto. Segundo os parlamentares, o relator não acatou alguns pe-



Relator Samuel Moreira (PSDB) disse que não perdeu a esperança de incluir Estados e municípios na reforma

**Relator propôs alterações na idade para aposentadoria de professoras. Pensão por morte de policiais será igual a do último salário**

didados e, por isso, querem agora mais tempo para avaliar a nova versão. A insatisfação poderá atrasar a votação da reforma na Comissão e deixar essa conclusão apenas para semana que vem. Se isso ocorrer, irá atrasar o calendário previsto pelo presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), que queria concluir os trabalhos na Comissão até esta sexta-feira para garantir a votação no plenário antes do recesso parlamentar, em 18 de julho.

Dessa forma, a elevação da economia para o número

"mágico" de R\$ 1 trilhão prometido pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, não foi resultado de um aperto nas regras da reforma na nova versão do texto apresentada ontem na Comissão Especial.

O relator mudou os parágrafos que tratavam do assunto de lugar no texto, o que causou confusão e levou ruralistas a comemorarem o que haviam interpretado como manutenção da isenção. Quando perceberam o erro, se sentiram traídos pelo relator. Eles prometem derru-

bar a medida no plenário da Comissão, onde têm a força de uma das maiores e mais unidas bancadas.

### Professoras

O voto complementar de Moreira também confirmou a mudança para que as professoras do sistema público de ensino possam se aposentar com paridade e integralidade dos salários aos 57 anos. O texto anterior estabelecia que as professoras só receberiam benefício igual ao da ativa - incluindo os reajustes posteriores - a partir dos 60 anos.

### PONTOS DA NOVA PREVIDÊNCIA

**PROFESSORAS** - Redução de 60 para 57 anos a idade mínima para a aposentadoria das professoras da rede pública

**SETOR AGRÍCOLA** - Fim da isenção previdenciária das exportações agrícolas.

**PIS-PASEP E BNDES** - Repasses de 28% da arrecadação do PIS/Pasep para o BNDES.

**POLICIAIS** - A pensão dos agentes de segurança deverá ser igual ao último salário

**CONTRIBUIÇÕES EXTRAORDINÁRIAS** - Possibilidade de cobrança de contribuições extraordinárias de servidores da ativa, aposentados e pensionistas quando houver déficit atuarial.

**FOI MANTIDA** - Regra transitória geral com idade mínima de 65 anos para os homens e 62 anos para as mulheres. O tempo de contribuição no setor privado será de pelo menos 15 anos para a mulher e 20 para o homem; no setor público, 25 para ambos os sexos

# Maia quer incluir entes federativos

# Policial quer equiparação com as Forças Armadas

ESTADÃO CONTEÚDO  
Brasília

O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), admitiu que a reinclusão dos Estados e municípios no relatório da reforma da Previdência deve ficar somente para quando a proposta for discutida pelo plenário da Casa, o que deve acontecer na semana que vem, caso nada atrase os planos do deputado. Ainda assim, ele afirmou que a questão continuará sendo discutida até hoje, embora veja como difícil que uma alteração possa ser feita ainda na comissão especial.

O colegiado deve votar o texto ainda hoje. "Não está me parecendo simples resolver a questão dos governadores até amanhã. ... Política é a arte de dialogar, ter paciência. É isso que estamos fazendo e temos que fazer até o último minuto com a compreensão de que temos que incluir os governadores", disse o presidente Rodrigo Maia.

Ele afirmou que conflitos



Rodrigo Maia (DEM-RJ): discussão será em plenário

**"A exclusão dos governadores também vai bater no governo federal"**

RODRIGO MAIA, pres. da Câmara

locais estão atrapalhando as negociações no Congresso. "Está faltando política. Temos que harmonizar as opiniões e mostrar que a exclusão dos governadores em um prazo muito curto, o problema vai bater também no orçamento federal. Então é melhor organizar logo com Estados e governadores. Se

não for possível vamos aprovar essa economia do relatório do deputado Samuel Moreira", afirmou o presidente da Câmara.

## Otimismo

Integrantes do PSL defendem a apresentação de um pedido de mudança nas regras propostas para a carreira dos policiais federais "O que se pede é muito difícil do relator acatar, mas um acordo intermediário, que tenha um custo pequeno para a economia no projeto acho que vale a pena estudar até a votação de amanhã [hoje]", disse.

Maia disse, ainda, estar otimista de que a Câmara conclua a votação da reforma até o início do recesso parlamentar, marcado para 18 de julho. "A gente tem que ser otimista para concluir a votação da Previdência na Câmara ainda no primeiro semestre", disse Maia, citando a crise econômica e o desemprego.

ESTADÃO CONTEÚDO  
Brasília

Na nova versão do seu parecer, o relator atendeu algumas demandas dos servidores públicos e professores, mas desagradou à categoria dos policiais, que esperavam que os seus pedidos de mudança fossem incluídos no voto complementar. Eles se queixam, principalmente, dos deputados do PSL, partido do presidente, pela falta de apoio.

Os policiais querem equiparação com as Forças Armadas e regras de transição diferenciadas, sem a exigência de idade mínima para ter direito às chamadas integridade (se aposentar com o último salário) e paridade (ter os mesmos reajustes da ativa).

Moreira atendeu a apenas uma demanda dos policiais, ao garantir que a pensão integral por morte seja paga em todos os casos relacio-

nados com o trabalho. O relatório anterior concedia o benefício integral apenas nos casos em que a morte fosse decorrência de agressões sofridas no exercício da profissão, deixando de lado, por exemplo, acidentes de trânsito e doenças relacionadas à atividade policial.

O relator manteve a taxa de 20% da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) dos bancos (hoje, a alíquota é de 15%), com a previsão de arrecadação extra de R\$ 53,5 bilhões.

## TRABALHADORES

**Os parâmetros para a aposentadoria dos trabalhadores privados ficarão de fora da Constituição e poderão ser definidos por leis complementares futuras em cada setor**

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 02/07/2019	Caderno: Notícias
Assunto:	Página: --



## ***Governadores e líderes não fecham acordo por estados na reforma da Previdência***

**por Thiago Resende | Folhapress**

Terminou sem acordo a reunião para tentar reincluir servidores estaduais e municipais na reforma da Previdência, em análise pelo Congresso.

A tendência ainda é que os governadores e prefeitos tenham que mobilizar 308 deputados para que, em votação no plenário, estados e municípios retornem à reforma.

O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), reuniu, nesta terça-feira (2), governadores e líderes partidários em busca de um consenso para que a reforma também tenha validade para estados e municípios.

Líderes que representam a maioria da Câmara não querem aprovar medidas para ajudar no ajuste de contas de governadores e prefeitos que fazem campanha contra quem vota a favor da reestruturação do sistema de aposentadorias.

Segundo os líderes do PSDB na Câmara, Carlos Sampaio (SP), e do Solidariedade, Augusto Coutinho (PE), apesar da falta de acordo em relação a servidores estaduais e municipais, há um consenso para que o relator da reforma, deputado Samuel Moreira (PSDB-SP), apresente nesta terça a nova versão da proposta.

A votação seria nesta quarta-feira (3) na comissão especial da Câmara que analisa o tema. Mas o acordo não incluiu a oposição.

Governadores de partidos da oposição participaram do encontro com Maia e confirmaram que ainda se busca um entendimento a respeito do futuro dos estados e municípios na reforma.

O governador do Piauí, Wellington Dias (PT), disse que houve avanço nas negociações, mas que, agora, a decisão é dos líderes partidários.

Deputados querem a garantia de que parlamentares da oposição também vão votar pelas mudanças nas aposentadorias.

Dias e o governador do Espírito Santo, Renato Casagrande (PSB), não se comprometeram com a quantidade de votos que seriam adicionados à proposta por conta da articulação dos governadores.

Dias informou que cada estado apresentou uma estimativa de votos adicionais ao texto, mas que os líderes teriam que conseguir convencer os deputados. No caso do Piauí, três parlamentares poderiam mudar de posição caso a reforma também tenha validade para servidores estaduais e municipais.

Governadores do Nordeste querem, além da reestruturação da Previdência, medidas que aumentem a receita dos estados e a criação de um fundo de compensação com recursos a serem obtidos, por exemplo, com contratos no setor de petróleo.

Moreira aguardava a decisão dessa reunião entre Maia e governadores para reincluir estados e municípios na reforma ou deixá-los fora.

A nova versão do projeto de reestruturação do sistema de aposentadorias dos trabalhadores da iniciativa privada e de servidores públicos deve ser apresentada por Moreira às 16h.

No mesmo horário, o ministro Sergio Moro (Justiça) deve participar de audiência conjunta de quatro comissões da Câmara sobre supostas mensagens trocadas com o coordenador da Operação Lava Jato, procurador Deltan Dallagnol.

Veículo: Bahia Econômica	Online
Data: 03/07/2019	Coluna: Economia



## ESTADOS E MUNICÍPIOS FICAM FORA DE NOVO PARECER DA REFORMA DA PREVIDÊNCIA



3 Julho, 2019

O relator da reforma da Previdência na comissão especial da Câmara, deputado Samuel Moreira (PSDB-SP), apresentou ontem (2) uma nova versão de seu parecer, com mudanças no texto, mas manteve servidores de estados e municípios fora da proposta. O novo texto, um complemento de voto, foi protocolado e disponibilizado no site da Câmara antes mesmo da leitura pelo relator na comissão. A previsão é que o parecer seja votado nesta quarta-feira (3), mas antes os parlamentares terão que analisar requerimentos da oposição que pedem o adiamento da votação.

A votação do parecer foi adiada para esta semana à espera de uma reunião entre o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), e um grupo de governadores, realizada mais cedo nesta terça, para tentar fechar um acordo sobre a questão. A intenção era que estados e municípios fossem incluídos no texto a ser votado pela comissão especial, sem esperar pela votação no plenário, que é a etapa seguinte. Mas a articulação fracassou.

A discussão sobre a inclusão de estados e municípios na proposta deve ficar para o plenário, segundo afirmou o relator. A reforma da Previdência é considerada polêmica por endurecer critérios para a concessão de aposentadoria tanto de funcionários públicos federais quanto de trabalhadores da iniciativa privada. Por essa razão, deputados críticos à inclusão de estados e municípios não querem arcar sozinhos com o desgaste político diante de seus eleitores e exigem que os governadores defendam publicamente a reforma.

Em seu complemento de voto, Moreira escreveu que a nova versão do texto “esclarece com a devida contundência” (...) “a ausência de efeitos imediatos da PEC sobre Estados, Distrito Federal e Municípios”. “Fica clara a preservação integral da legislação atualmente em vigor no âmbito de cada ente subnacional enquanto não houver das Assembleias Legislativas e Câmaras de Vereadores no sentido de alterar as regras do respectivo regime próprio de previdência social”, escreveu no documento.

Veículo: Bahia Econômica	Online
Data: 03/07/2019	Coluna: Economia



## GOVERNO ESPERA ECONOMIZAR R\$1 TRILHÃO COM REFORMA DA PREVIDÊNCIA



3 Julho, 2019

O fim da isenção da contribuição previdenciária a exportadores rurais permitirá manter a economia com a reforma da Previdência acima de R\$ 1 trilhão em dez anos. Segundo o relator da proposta na comissão especial da Câmara, deputado Samuel Moreira (PSDB-SP), o impacto fiscal corresponderá a R\$ 1,074 trilhão no período. A estimativa inclui a redução de despesas de R\$ 933,9 bilhões e aumento de receitas (por meio de alta de tributos e fim de isenções) de R\$ 137,4 bilhões. A proposta original, enviada pelo governo em fevereiro, previa uma economia de R\$ 1,236 trilhão em uma década, mas não incluía elevação de receitas.

A primeira versão do relatório tinha reduzido a economia de R\$ 1,13 trilhão com o remanejamento para a Previdência Social de R\$ 214 bilhões do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). O relator, no entanto, desistiu da ideia após críticas da equipe econômica e do Congresso. Do lado das despesas, o novo relatório projeta economia de R\$ 688 bilhões com o Regime Geral da Previdência Social (RGPS), que paga as aposentadorias da iniciativa privada e das estatais; R\$ 136 bilhões no Regime Próprio dos Servidores Federais; R\$ 74 bilhões com a redução da faixa de renda para receber o abono salarial e R\$ 33 bilhões com uma medida para combater fraudes no Benefício de Prestação Continuada (BPC), também incluída hoje no relatório.

Do lado da arrecadação, Moreira incluiu na proposta o fim da isenção das contribuições dos exportadores rurais para a Previdência Social, que deverá reforçar o caixa do governo em R\$ 83,9 bilhões em uma década. A elevação de 15% para 20% da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) dos bancos deverá gerar R\$ 53,5 bilhões em receitas.

Veículo: Blog Baiano News	Caderno: Política
Data: 02/07/2019	Página: --



POLÍTICA

## Governo já admite que estados ficarão de fora da reforma; Bahia está entre os listados

*O martelo só será batido nesta terça-feira (2), numa reunião entre Maia e governadores em Brasília.*

02/07/2019 07h14

Por: Redação



O governo não tem expectativa de que estados e municípios sejam incluídos na reforma da Previdência, de acordo com o jornal O Globo.

O martelo só será batido nesta terça-feira (2), numa reunião entre Maia e governadores em Brasília. Ainda segundo a publicação, a tendência é que o relatório final da proposta que será apresentado na comissão especial que votará a matéria não trate de governos regionais.

O problema está na dificuldade dos governadores de partidos da oposição, sobretudo Maranhão, Bahia e Pernambuco, de contrariarem a orientação de suas legendas contra a reforma e virarem votos favoráveis a mudanças nas regras da aposentadoria. A exceção, segundo fontes a par das negociações, são os estados do Espírito Santo e Piauí.

Veículo: Correio\*

Data: 03/07/2019

Caderno:

**Correio\***  
O QUE A BAHIA QUER SABER

# miriam leitão



[blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao/](https://blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao/)

O custo de excluir os estados e municípios da reforma da Previdência pode chegar a R\$ 520 bilhões em dez anos. Caso nenhum estado ou município faça a sua reforma, a manutenção das regras atuais impedirá uma economia de R\$ 350 bilhões nos sistemas estaduais e de R\$ 170 bilhões nos municipais. Ainda assim, a reforma como ficou na sua versão final nessa comissão especial é a mais ampla já feita até agora e representa, segundo calcula o governo, uma economia de R\$ 1 trilhão em dez anos.

No seu voto complementar, o deputado Samuel Moreira constitucionalizou o critério de um quarto de salário mínimo como a renda familiar per capita para a pessoa receber, após os 65 anos, o Benefício de Prestação Continuada. Para uma reforma que queria, inicialmente, desconstitucionalizar todos os parâmetros, pode parecer uma derrota. Não foi. Nesse ponto estava havendo uma sucessão de decisões judiciais dando o direito de receber o BPC a pessoas com renda familiar mais alta do que estava prevista na lei que criou o benefício. Tem havido também decisões aceitando o cálculo da renda com o desconto

de várias despesas. O gasto com o BPC estava aumentando desde uma decisão do STF que deu margem a essas sentenças.

Uma mudança foi considerada uma derrota pela equipe econômica: o fim do gatilho demográfico que faria a idade mínima subir conforme o aumento da expectativa de sobrevida. Isso caiu. Obrigar, na opinião de economistas de dentro e de fora do governo, a fazer nova mudança da idade mínima num horizonte de dez anos. Houve uma redução da idade de aposentadoria das professoras, mas para o relator isso foi feito como forma de corrigir um defeito criado pela própria mudança incluída no primeiro relatório.

O voto reonera a exportação, mas a explicação dada no governo é que havia um desequilíbrio. As empresas que recolhem sobre a folha pagam a previdência

## O custo de se tirar estados e cidades

**A decisão de retirar estados e municípios vai custar aos entes federativos R\$ 520 bilhões em 10 anos**

quando exportam seus produtos. Mas as que recolhem sobre faturamento estavam desoneradas. O relatório altera esse ponto e passa a cobrar de todas. A previsão é que a medida apresentará R\$ 83 bilhões de receita em dez anos. Os exportadores evidentemente não gostaram. A AEB considera que isso fere a ideia de não cobrar impostos na exportação e reduz a competitividade brasileira. Na equipe econômica se diz que, do jeito que estava, a desoneração só beneficiava as tradings.

O economista Pedro Fernando Nery acha que o grande pro-

blema de não se incluir os estados e municípios é o de aumentar o passivo contingente da União.

— É a União que será chamada para socorrer estados e municípios que não fizerem reformas e tiverem dificuldades de prestar serviços básicos.

Nery tem uma pesquisa importante sobre reformas anteriores, que avalia o custo do que não se conseguiu fazer. Hoje, o que mais pesa é a idade mínima, aquela mudança que não foi feita na reforma do governo Fernando Henrique.

O economista Fabio Giambiagi considerou relevante o fato de ter voltado ao texto a previsão de os governos poderem cobrar dos servidores as contribuições extraordinárias. Muitos, como o Rio, já cobram. No parecer anterior, isso havia saído. Hoje os servidores contribuem com até

14% para os regimes próprios estaduais.

Apesar de os estados não terem sido incluídos nesse relatório, resta ainda alguma esperança. Ontem, ao fim da leitura, ouvi um integrante da equipe econômica que tem a expectativa de que os entes federativos sejam incluídos, por destaque, em plenário. O deputado Rodrigo Maia permanece negociando. Para apoiar a reforma, os estados pedem a aprovação do que já foi prometido pelo ministro Paulo Guedes: que eles recebam parte dos recursos que virão do leilão do petróleo da cessão onerosa.

O relator Samuel Moreira voltou atrás naquela ideia de tirar os recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador do BNDES. Essa é uma receita com a qual a equipe nunca contou. Como me disse uma autoridade, era o que no mercado se define como "rouba monte". Tira-se de um lugar para por em outro, mas não representa na verdade qualquer aumento de receita.

Neste e no primeiro relatório foram corrigidos erros do projeto original, ou equívocos do próprio relator. Mas foram muitas as concessões para alguns grupos de servidores. Como sempre, eles sabem se fazer ouvir.



# Vai sem estados e municípios

## Agências

REPORTAGEM

redacao@correio24horas.com.br

## Relatório prevê a economia de R\$ 1 trilhão nas contas públicas

Apesar das tentativas do presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), de costurar um acordo entre governadores e líderes partidários, a nova versão da reforma da Previdência não prevê efeito para estados e municípios. O relator do texto da Previdência, deputado Samuel Moreira (PSDB-SP), deixou os demais entes da Federação de fora de seu relatório apresentado ontem na comissão especial da Câmara. A leitura levou cerca de 30 minutos. O parecer apresentado ontem trouxe a meta de economizar em dez anos R\$ 1 trilhão.

Líderes que representam a maioria da Câmara não querem aprovar medidas que ajudariam no ajuste de contas públicas de governadores e prefeitos que fazem campanha contra a reforma. Por isso, exigem que deputados da oposição também votem a favor da proposta de endurecimento das regras de aposentadorias para trabalhadores da iniciativa privada e servidores públicos. A expectativa é que a proposta de reforma da Previdência seja votada hoje no fim do dia, por causa da tentativa da oposição de atrapalhar a sessão.

Segundo Moreira, estados e municípios poderão ainda



Samuel Moreira ainda espera um acordo para estados e municípios

voltar à reforma. "Estamos criando todas as condições para que eles possam ser incluídos. Não perdemos as condições ou a esperança de termos estados e municípios dentro dessa reforma. Isso está muito bem desenhado".

O tucano recuou também da ideia de destinar recursos do PIS/Pasep, que hoje são usados pelo BNDES, para reduzir o rombo da Previdência. A medida, que estava prevista na primeira versão do relatório de Moreira, apresentada em 13 de junho, gerou críticas na equipe econômica e no Congresso. A pro-

posta tirava os 28% do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) que eram repassados ao banco de fomento. Mesmo sem esses recursos, o novo parecer se aproxima da meta do ministro da Economia, Paulo Guedes, de uma economia superior a R\$ 1 trilhão em dez anos.

No entanto, o cálculo usado no voto do relator considera, por exemplo, o fim da isenção de contribuição previdenciária sobre exportações, o que gera um ganho de cerca de R\$ 80 bilhões em uma década.

Quando o presidente Jair Bolsonaro enviou a PEC (Proposta de Emenda à Constituição) de reestruturação do sistema de aposentadorias, técnicos do Ministério da Economia afirmaram que essa medida não estava considerada na estimativa.

Moreira manteve a proposta de elevar, de 15% para 20%, a alíquota de CSLL, que é paga pelo setor financeiro.

# 1 TRI

de reais é a previsão de economia pelo parecer que foi apresentado ontem

## Proposta desagradou os policiais

Na nova versão do seu parecer, o relator, deputado Samuel Moreira (PSDB-SP), atendeu algumas demandas dos servidores públicos e professores, mas desagradou a categoria dos policiais, que esperavam que os seus pedidos de mudança fossem incluídos no voto complementar. Eles se queixam, principalmente, dos deputados do PSL, partido do presidente, pela falta de apoio. Os policiais querem equiparação com as Forças Armadas e regras de transição diferenciadas, sem a exigência de idade mínima para ter direito às chamadas integralidade (se aposentar com o último salário) e paridade (ter os

mesmos reajustes da ativa). A bancada do PSL, partido do presidente, ameaça deixar de dar até 22 votos pela reforma se não houver a equiparação.

Moreira atendeu só uma demanda dos policiais, ao garantir que a pensão integral por morte seja paga em todos os casos relacionados com o trabalho. O relatório anterior concedia o benefício apenas nos casos em que a morte fosse decorrência de agressões sofridas no exercício da profissão, deixando de lado, por exemplo, acidentes de trânsito e doenças relacionadas à atividade policial.

O deputado Eduardo Bolsonaro (PSL-SP), filho do

presidente Jair Bolsonaro, disse que não concorda com o movimento de alguns colegas de partido que ameaçam se posicionar contra a aprovação da reforma da Previdência caso não sejam acatadas mudanças favoráveis a categorias ligadas à segurança pública. "Eu sou a favor da reforma", disse.

Alvo de protestos ontem, o presidente Jair Bolsonaro afirmou que todas as categorias terão de dar a sua cota de sacrifício na reforma previdenciária, incluindo as forças policiais. "É natural os lobbies, mas todo mundo vai ter a sua cota de sacrifício, como as Forças Armadas tiveram", disse.



ELIO GASPARI

oglobo.globo.com/brasil/elio-gaspari/

## FANFARRONADAS TÊM UM PREÇO

**Nunca se sabe quando o vento da História sopra em cima de um poderoso da ocasião. O vento soprou em cima de Salvini**

O retumbante Matteo Salvini, ministro do Interior da Itália, aprendeu uma lição. Quando o barco Sea Watch 3 entrou à força no porto de Lampedusa com 40 refugiados líbios, ele anunciou a prisão da capitã Carola Rackete com a teatralidade do radicalismo fanfarrão. A entrada do navio no porto teria sido um "ato de guerra" praticado por uma embarcação "pirata".

Os 40 africanos que haviam sido resgatados pelo Sea Watch em alto-mar seriam mais um lote de desesperados e Carola Rackete, mais uma ativista dessas ONGs que azucrinam os poderes estabelecidos. Nunca se sabe quando o vento da História sopra em cima de um poderoso da ocasião. O vento soprou em cima de Salvini.

O Sea Watch tem a bandeira holandesa, e Carola Rackete é alemã. O ministro das Relações Exteriores de Berlim, Heiko Maas, pediu a libertação da marinheira: "Quem salva vidas não pode ser chamado de criminoso". Exatamente o que achou a juíza que ontem ordenou sua soltura. O governo da França classificou o ato de "histeria", e o presidente italiano recomendou que se baixasse a bola. Duas vaquinhas internacionais arrecadaram mais de um milhão de euros para ajudar a ONG do Sea Watch.

Os refugiados não precisam ficar na Itália, e não era razoável que 40 pessoas ficassem à deriva no Mediterrâneo. As leis italianas pretendem conter o êxodo de refugiados africanos, na defesa dos interesses do país e quando a marinheira desceu no cais de Lampedusa, populares chamaram-na de "vendida". Um deles gritou que ela devia ser esmurada pelos negros que transportou. Coisa dos tempos de hoje. No século passado, os europeus fizeram coisas piores, e em 1944 o governo italiano colocou cartazes mostrando um soldado simiesco com o uniforme americano saqueando obras de arte. Deixar barcos em alto-mar, chamando os tripulantes de piratas metidos em atos de guerra é um triste retorno, e Salvini percorreu-o.

Isso era o que acontecia em 1947. O governo inglês capturava navios com judeus que seguiam para a Palestina. Depois, quando a saga do navio Exodus (com Paul Newman no papel principal) tornou-se um marco na vida de Israel, tiraram o corpo fora.

Por trás do Sea Watch e das ONGs, há uma rede de apoios e cumplicidades. A tripulação do barco tinha jovens franceses, holandeses e espanhóis. Nada de novo: havia uma rede clandestina e multinacional por trás de navios como o Exodus. (Nela militava Samy Cohn, que se tornou banqueiro e morreu no Brasil.) Há diferenças entre os refugiados judeus de 1947 querendo ir para a Terra Santa e os africanos de hoje querendo entrar na Europa, mas o ministro alemão que defendeu a libertação de Carola Rackete foi ao essencial: "Quem salva vidas não pode ser chamado de criminoso". Os líbios do Sea Watch poderiam ter morrido no Mediterrâneo e, segundo a capitã, ameaçavam jogar-se ao mar, como faziam os africanos dos navios negreiros do século XIX. Calcula-se que neste ano 600 africanos afogaram-se no Mediterrâneo.

As falas de Salvini, repudiadas ontem pela juíza, foram uma fanfarrônica demagógica. O ministro tinha motivos para saber que a marinheira, uma "fora da lei", segundo ele, não ficaria muito tempo presa. Sendo alemã, poderia ser deportada. Sabia também que os africanos não ficariam em Lampedusa. Jogou para sua plateia, mas subestimou a reação de outros países e das próprias instituições italianas. Nos dias de hoje, isso é comum.

Elio Gaspari é jornalista e escreve às quartas-feiras e domingos

Veículo: A Tarde	
Data: 03/06/2019	Caderno: Política
Assunto: Previdência	Página:

**A TARDE**  
O jornal de toda Bahia

**PREVIDÊNCIA** Chefes dos executivos estaduais se reuniram com presidente da Câmara, Rodrigo Maia, na noite de ontem

## Governadores querem fundo de compensação

**ESTADÃO CONTEÚDO  
COM AGÊNCIAS**  
Brasília

O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), se reuniu com governadores do Nordeste no final da noite de ontem para tratar da reinclusão de Estados e municípios no texto da reforma da Previdência. Até o fechamento desta edição, a reunião estava em curso. Horas antes da reunião, Maia defendeu que seja feito um acordo para incluir estados e municípios na reforma antes da votação na

comissão especial, prevista para esta semana.

Durante o encontro os chefes dos executivos estaduais apresentaram uma agenda de projetos que podem levar mais recursos aos entes federativos no curto prazo.

O governador do Ceará, Camilo Santana (PT), disse na noite de ontem, antes de entrar para a reunião, que se discute, no contexto dos debates sobre a reforma da Previdência, a criação de um fundo de compensação previdenciária para combater o déficit registrado nas apo-

sentadorias públicas dos Estados.

### Fundo

Segundo ele, o assunto já foi discutido na semana passada. Participaram da reunião os governadores Hélder Barbalho (MDB-PA), Renan Filho (MDB-AL), Wellington Dias (PT-PI) e João Azevedo (PSB-PB). O governador da Bahia, Rui Costa (PT) não esteve no encontro em razão de viagem à Espanha onde busca atrair investidores daquele país para projetos de infraestrutura no estado.

"Vamos tentar também

**Encerra hoje o prazo para que governadores tenham os estados incluídos na reforma da Previdência, em tramitação na Câmara**

discutir a questão do déficit da Previdência pública dos Estados. A ideia é criar um fundo de compensação previdenciária, ou aprovar projetos que estão no Congresso, como cessão onerosa do bônus de assinatura, o fundo social, que possam ajudar os Estados a terem recursos para a Previdência", disse Camilo, lembrando que sempre defendeu que a reforma se aplique a Estados, municípios e União.

Segundo ele, o que se tem questionado é que "muito da reforma" não irá ajudar, "de certa forma", o déficit pre-

videnciário enfrentado nos Estados, e que, sobre esse ponto e outros, é necessário haver sinalizações.

Questionado sobre como o fundo seria abastecido, Camilo respondeu que seriam recursos provenientes "principalmente de novos contratos das reservas do petróleo, que estão em discussão". Antes, também ao chegar na reunião, Wellington Dias havia afirmado também que o assunto da reunião era pacto federativo. "Vamos ver", disse, ao ser perguntado se Previdência seria discutida.



# Inclusão de Estados e municípios na reforma depende de líderes partidários, dizem governadores

*Após reunião com os presidentes da Câmara e do Senado, governadores transferem para os líderes do Congresso a responsabilidade por acordo sobre o tema; novo parecer deve ser apresentado nesta terça-feira*

*Mariana Haubert e Anne Warth, O Estado de S. Paulo*

02 de julho de 2019 | 15h12

BRASÍLIA - Os governadores do Piauí, **Wellington Dias (PT)**, e do Espírito Santo, **Renato Casagrande (PSB)**, transferiram para os líderes partidários do Congresso a decisão sobre reincluir Estados e municípios no relatório da **reforma da Previdência**. Eles participaram de uma reunião com os presidentes da Câmara, **Rodrigo Maia (DEM-RJ)**, e do Senado, **Davi Alcolumbre (DEM-AP)**, e outros deputados durante a manhã desta terça-feira, 2, para discutir a questão. [LEIA TAMBÉM > Estados e municípios devem ficar fora do relatório da Previdência, dizem líderes](#)

Os dois afirmaram que há um empenho dos governadores de todo o País em buscar votos favoráveis à reforma em suas bancadas na **Câmara**, mas não responderam qual a extensão do apoio que eles mesmos poderiam garantir. De acordo com os mandatários, cabe agora aos líderes partidários indicarem ao relator da proposta, **Samuel Moreira (PSDB-SP)**, se aceitam a reinclusão dos entes federativos no texto.

"Os governadores têm muito boa vontade de criar um ambiente propício à votação da reforma incluindo os Estados e municípios, mas infelizmente ainda não temos uma posição definitiva e nem um sinal do que vai acontecer com o relatório na comissão especial. A decisão está nas mãos dos líderes dos partidos", disse Casagrande. "É uma

conversa a ser feita com os líderes, porque, da parte dos governadores, há um consenso já", disse.

### **Mais conversa**

De acordo com ele, Maia vai continuar se reunindo com deputados ao longo da tarde para tentar chegar a uma definição. Às 16h, Moreira deve ler seu parecer na comissão especial. Mais cedo, ele afirmou que uma solução melhor pode ser a reinclusão dos Estados e municípios na votação em plenário, que deve ser realizada na semana que vem. "Algumas lideranças acham mais fácil votar no plenário da Câmara porque já tem uma posição muito consolidada na comissão especial", afirmou Casagrande.

Wellington Dias destacou que um dos objetivos da reforma é garantir fontes de recursos para que os Estados não voltem a ter déficit fiscal no futuro. Os entes federativos contam com receitas que o governo federal sinalizou que vai dividir, como os recursos do bônus do leilão de excedentes da cessão onerosa e as receitas do fundo social do pré-sal.

Dias também afirmou que o texto inicial da reforma que foi enviado pelo governo ao **Congresso** não tinha o apoio de vários governadores e partidos, mas que as mudanças feitas, como a retirada das alterações propostas para a aposentadoria rural, para o benefício de prestação continuada (BPC), a capitalização e a desconstitucionalização, ajudaram na ampliação do apoio. "Tivemos entendimento para o tratamento diferenciado para algumas categorias", disse.

# FOLHA DE S.PAULO

## EDITORIAIS

editoriais@grupofolha.com.br

# Aposta liberal

Secretário de Fazenda aponta outras reformas, além da previdenciária, para reativar economia; esgotamento do setor público restringe alternativas

Crises internas e embates ideológicos à parte, um dos fenômenos mais marcantes dos primeiros seis meses do governo Jair Bolsonaro (PSL) é, sem dúvida, o contraste entre o otimismo da Bolsa de Valores e a prostração da economia real.

Enquanto os preços das ações mais negociadas bateram recordes nominais, a produção e a renda do país ficaram estagnadas em patamares já deprimidos — e em flerte com uma recaída recessiva.

Entre grandes empresários e investidores nota-se ampla aprovação à agenda liberal e aos quadros da equipe econômica de Brasília, além de prognósticos favoráveis quanto à urgente reforma da Previdência. Entretanto essa boa impressão não se traduz em investimentos e contratações.

Como resultado, as projeções para o crescimento do Produto Interno Bruto neste 2019 estão em queda contínua e hoje rondam 0,85%, abaixo até da taxa pífia de 1,1% verificada nos dois anos anteriores.

À falta de um entendimento mais completo, uma hipótese usual para explicar o mau desempenho é a cautela do setor produtivo — que estaria a aguardar um desfecho mais palpável da mudança no sistema de aposentadorias ou, quem sabe, sinais mais convincentes de estabilidade no cenário político.

Em entrevista a esta *Folha*, o secretário especial de Fazenda, Waldery Rodrigues, previu um “ganho de expectativas gigantesco” com a

aprovação da reforma previdenciária. A isso seriam somados os efeitos de outras medidas liberalizantes, da abertura do mercado de gás à redução da participação dos bancos públicos no setor de crédito.

Essa agenda, diga-se, está em curso desde 2016, na chegada de Michel Temer (MDB) ao Planalto, com feitos relevantes — como o teto para o gasto federal, a reforma trabalhista e a quebra do monopólio da Petrobras no pré-sal, além da redução expressiva da inflação e dos juros do Banco Central.

O governo Bolsonaro teve, até agora, o mérito de aproveitar iniciativas que encontrou em andamento, casos do projeto que busca ampliar o cadastro positivo e mesmo do acordo comercial entre o Mercosul e a União Europeia.

A resposta da economia a esses avanços tem sido frustrante, decerto. Como mostraram trabalhos recentes da Fundação Getúlio Vargas e do Bradesco, a taxa de investimento do país caiu, na recessão, ao menor nível das últimas décadas, de meros 15% do PIB — e pouco se alterou desde então.

Nada parece recomendar, porém, movimentos na direção oposta. Não se trata aqui de purismo liberal, mas do incontornável esgotamento dos meios para elevação do gasto público, dos incentivos tributários ou do crédito oficial. Neste cenário ainda pouco compreendido, ainda estão por serem corrigidos erros e excessos do passado.

# FAROL ECONÔMICO

**POR DONALDSON GOMES**



 /blogs/farol-economico

## VAI VENDER TUDO

A Petrobras confirmou o plano de se desfazer de 100% da Refinaria Landulpho Alves (Rlam). Na última sexta-feira, a petroleira divulgou dados sobre a oportunidade de investimento, que inclui a estrutura de refino, gasodutos e o terminal portuário. Os potenciais compradores da Rlam podem ser do setor de óleo e gás, ou investidores financeiros. No primeiro caso, precisam comprovar uma receita anual acima de US\$ 3 bilhões e a operação de ativos de produção, refino, transporte, logística, comércio, trading ou distribuição de petróleo e/ou seus derivados. Investidores financeiros precisam comprovar a gestão de pelo menos US\$ 1 bilhão em ativos. O pacote da Rlam vai com 14% da capacidade de refino da Petrobras, 669 quilômetros de oleodutos e quatro terminais, sendo que só o Temadre, em Madre de Deus, movimentou no ano passado mais cargas que todos os outros portos baianos juntos.

# 14

**por cento do  
petróleo  
refinado no  
Brasil em  
2018 passou  
pela Refinaria  
Landulpho  
Alves (Rlam),  
instalada em  
São Francisco  
do Conde**

---

## Big resultado

A utilização do big data nas operações de monitoramento ambiental impactaram em um ganho superior a 30% em produtividade na Cetrel, desde 2012, quando o sistema foi implantado. O termo se refere a um grande conjunto de dados gerados e armazenados que os aplicativos de processamento de dados tradicionais seriam incapazes de lidar. Esses resultados, obtidos através de um milhão de dados analíticos, 1,5 mil pontos de amostragem e 200 compostos orgânicos avaliados em Camaçari, serão apresentados, pela equipe da Cetrel, durante a I Conferência AESAS – Gerenciamento de Áreas Contaminadas, de 02 a 04 de julho, em São Paulo. A intenção da Cetrel é interpretar dados cada vez mais rápido, para ser capaz de tomar decisões também mais rápidas.

---

# 30

por cento foi o ganho de produtividade da Cetrel com o uso do big data

---

## Visita produtiva

O Secretário Especial de Produtividade, Emprego e Competitividade, Carlos da Costa, estará em Salvador na próxima quinta-feira para um encontro com representantes do setor produtivo e governos estadual e municipal, para apresentar o programa Mobilização pelo Emprego e Produtividade, do Ministério da Economia. Institucionalmente, a Sepec ocupa o papel do extinto Ministério do Desenvolvimento. Na Bahia, o programa conta com o apoio do Sistema Fieb, Fecomércio, Fórum Empresarial da Bahia e a Federação das Associações Comerciais e Empresariais da Bahia. O lançamento será às 9h, no Senai Cimatec.

---

## NO HORIZONTE

---

● **Sauípe.** O chef Raul Lemos, finalista da segunda edição do MasterChef Brasil, participa do Sabores do Brasil, de 12 a 17 de agosto, na Costa do Sauípe. Junto com outros profissionais renomados da gastronomia brasileira, ele fará parte da programação de workshops e aulas-show. Além de deixar os hóspedes com água na boca, a programação ajuda na estratégia de Sauípe, para manter a ocupação alta o ano inteiro.

**Donaldson Gomes** é editor e escreve às segundas-feiras

---

Veículo: O Globo	Online
Data: 03/03/2019	Coluna: Economia

**O GLOBO**

# *O custo de se tirar estados e cidades*

Manifestação de servidores na Assembleia do Rio | Daniel Marengo

O custo de excluir os estados e municípios da reforma da Previdência pode chegar a R\$ 520 bilhões em dez anos. Caso nenhum estado ou município faça a sua reforma, a manutenção das regras atuais impedirá uma economia de R\$ 350 bilhões nos sistemas estaduais e de R\$ 170 bilhões nos municipais. Ainda assim, a reforma como ficou na sua versão final nessa comissão especial é a mais ampla já feita até agora e representa, segundo calcula o governo, uma economia de R\$ 1 trilhão em dez anos.

PUBLICIDADE

[inRead invented by Teads](#)

No seu voto complementar, o deputado Samuel Moreira constitucionalizou o critério de um quarto de salário mínimo como a renda familiar per capita para a pessoa receber, após os 65 anos, o Benefício de Prestação Continuada. Para uma reforma que queria, inicialmente, desconstitucionalizar todos os parâmetros, pode parecer uma derrota. Não foi. Nesse ponto estava havendo uma sucessão de decisões judiciais dando o direito de receber o BPC a pessoas com renda familiar mais alta do que estava prevista na lei que criou o benefício. Tem havido também decisões aceitando o cálculo da renda com o desconto de várias despesas. O gasto com o BPC estava aumentando desde uma decisão do STF que deu margem a essas sentenças.

Uma mudança foi considerada uma derrota pela equipe econômica: o fim do gatilho demográfico que faria a idade mínima subir conforme o aumento da expectativa de sobrevida. Isso caiu. Obrigar, na opinião de economistas de dentro e de fora do governo, a fazer nova mudança da idade mínima num horizonte de dez anos. Houve uma redução da idade de aposentadoria das professoras, mas para o relator isso foi feito como forma de corrigir um defeito criado pela própria mudança incluída no primeiro relatório.

O voto reonera a exportação, mas a explicação dada no governo é que havia um desequilíbrio. As empresas que recolhem sobre a folha pagam a previdência quando exportam seus produtos. Mas as que recolhem sobre faturamento estavam desoneradas. O relatório altera esse ponto e passa a cobrar de todas. A previsão é que a medida representará R\$ 83 bilhões de receita em dez anos. Os exportadores evidentemente não



gostaram. A AEB considera que isso fere a ideia de não cobrar impostos na exportação e reduz a competitividade brasileira. Na equipe econômica se diz que, do jeito que estava, a desoneração só beneficiava as tradings.

O economista Pedro Fernando Nery acha que o grande problema de não se incluir os estados e municípios é o de aumentar o passivo contingente da União.

— É a União que será chamada para socorrer estados e municípios que não fizerem reformas e tiverem dificuldades de prestar serviços básicos.

Nery tem uma pesquisa importante sobre reformas anteriores, que avalia o custo do que não se conseguiu fazer. Hoje, o que mais pesa é a idade mínima, aquela mudança que não foi feita na reforma do governo Fernando Henrique.

O economista Fabio Giambiagi considerou relevante o fato de ter voltado ao texto a previsão de os governos poderem cobrar dos servidores as contribuições extraordinárias. Muitos, como o Rio, já cobram. No parecer anterior, isso havia saído. Hoje os servidores contribuem com até 14% para os regimes próprios estaduais.

Apesar de os estados não terem sido incluídos nesse relatório, resta ainda alguma esperança. Ontem, ao fim da leitura, ouvi um integrante da equipe econômica que tem a expectativa de que os entes federativos sejam incluídos, por destaque, em plenário. O deputado Rodrigo Maia permanece negociando. Para apoiar a reforma, os estados pedem a aprovação do que já foi prometido pelo ministro Paulo Guedes: que eles recebam parte dos recursos que virão do leilão do petróleo da cessão onerosa.

O relator Samuel Moreira voltou atrás naquela ideia de tirar os recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador do BNDES. Essa é uma receita com a qual a equipe nunca contou. Como me disse uma autoridade, era o que no mercado se define como “rouba monte”. Tira-se de um lugar para por em outro, mas não representa na verdade qualquer aumento de receita.

Neste e no primeiro relatório foram corrigidos erros do projeto original, ou equívocos do próprio relator. Mas foram muitas as concessões para alguns grupos de servidores. Como sempre, eles sabem se fazer ouvir.

**(COM MARCELO LOUREIRO)**

# Tribuna

## Relator deixa estados e municípios fora da reforma da Previdência

POR FERNANDA CALGARO E FERNANDA VIVAS, G1 E TV GLOBO — BRÁSILIA

O relator da reforma da Previdência na comissão especial da Câmara, deputado Samuel Moreira (PSDB-SP), apresentou ontem (2) uma nova versão de seu parecer, com mudanças no texto, mas manteve servidores de estados e municípios fora da proposta. O novo texto, um complemento de voto, foi protocolado e disponibilizado no site da Câmara antes mesmo da leitura pelo relator na comissão. A previsão é que o parecer seja votado hoje, mas antes os parlamentares te-

rão que analisar requerimentos da oposição que pedem o adiamento da votação. A votação do parecer foi adiada para esta semana à espera de uma reunião entre o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), e um grupo de governadores, realizada mais cedo, para tentar fechar um acordo sobre a questão.

A intenção era que estados e municípios fossem incluídos no texto a ser votado pela comissão especial, sem esperar pela votação no plenário, que é a etapa seguinte. Mas a articulação fracassou. A discussão sobre a inclusão de estados e municípios na proposta deve ficar para o plenário, segundo afirmou o relator. A reforma da Previdência é consi-

derada polêmica por enderecer critérios para a concessão de aposentadoria tanto de funcionários públicos federais quanto de trabalhadores da iniciativa privada. Por essa razão, deputados críticos à inclusão de estados e municípios não querem arcar sozinho com o desgaste político diante de seus eleitores e exigem que os governadores defendam publicamente a reforma.

Em seu complemento de voto, Moreira escreveu que a nova versão do texto "esclarece com a devida contundência (...) "a ausência de efeitos imediatos da PEC sobre Estados, Distrito Federal e Municípios". "Fica clara a preservação integral da legislação atualmente em vigor no âmbito de



**RELATOR** da Previdência, o deputado Samuel Moreira apresentou uma nova versão de seu parecer, com mudanças no texto da reforma

cada ente subnacional enquanto não houver das Assembleias Legislativas e Câmaras de Vereadores no sentido de alterar as regras do respectivo regime próprio de previdência social", escreveu no documento.

Na comissão, Moreira ressaltou que estão mantidas as "condições" e a "esperança" de incluir estados e municípios durante

a votação no plenário principal da Câmara. "Nós estamos criando todas as condições para que eles possam ser introduzidos na reforma no plenário", afirmou. "Toda a estratégia está sendo nesse sentido. Nós não perdemos as condições e a esperança de ter estados e municípios dentro da reforma. Isso foi muito bem avaliado e a estratégia está

muito bem desenhada", acrescentou.

### ECONOMIA PREVISTA

- O texto enviado pelo governo Jair Bolsonaro ao Legislativo previa, inicialmente, uma economia de R\$ 1,236 trilhão em dez anos com a reforma da Previdência. No entanto, na primeira versão do parecer, o relator fez mudanças na proposta, e a expectativa de economia caiu para R\$ 913,4 bilhões em uma década, já levando em conta a inclusão do aumento da alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) dos bancos. A primeira versão do parecer também previa o repasse para a Previdência de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), que hoje vão para o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o que elevaria a economia para R\$ 1,13 trilhão. Agora, com a nova versão do texto, a economia prevista para os cofres públicos é da ordem de R\$ 1,071 trilhão em uma década, mas considera somente o aumento da alíquota da CSLL, uma vez que o repasse não prevê mais o repasse do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) para a Previdência.

## COMISSÃO ESPECIAL

### Confira mudanças que o relator introduziu no parecer:

Servidores estaduais e municipais - No voto complementar, o relator aumentou o rol de categorias de servidores estaduais e municipais que poderão ter idades mínimas e tempos de contribuição diferenciados para obter aposentadoria. Na primeira versão do relatório, Moreira autorizava que estados e municípios aprovassem leis complementares com regras diferenciadas no regime próprio de Previdência somente para servidores com deficiência e professores. O relator estendeu a previsão também a policiais, agentes penitenciários e socioeducativos, além de servidores que trabalhem expostos a agentes nocivos químicos, físicos e biológicos prejudiciais à saúde.

Ações contra a Previdência - O texto manteve

a redação atual da Constituição, garantindo a competência da Justiça Estadual para processar e julgar causas envolvendo a Previdência sempre que não houver Justiça Federal na comarca. A PEC original e o parecer anterior alteravam esse ponto do texto constitucional.

Contribuições extraordinárias - O relator restabeleceu a possibilidade da cobrança de contribuições extraordinárias de servidores da ativa, aposentados e pensionistas. O tema havia sido suprimido na primeira versão do seu parecer. O texto prevê que a contribuição será estabelecida quando houver déficit atuarial e "deverá ser instituída simultaneamente com outras medidas para equacionamento do déficit e vigorará por período determinado, contado da

data de sua instituição".

Constitucionalização - A versão anterior do texto estabelecia que a definição de parâmetros para concessão de aposentadoria a servidores públicos, hoje previstos na Constituição Federal, poderia ser feita por meio de lei ordinária, que exige um quórum menor para ser aprovada do que uma emenda constitucional. Em seu novo parecer, Moreira escreve que, "para melhor resguardar direitos", mudou esse ponto para prever que a idade mínima dos servidores públicos federais permanece prevista na Constituição Federal. BPC: Em relação ao benefício de prestação continuada, pago a idosos e pessoas com deficiência de baixa renda, a nova versão do texto incluí na Constituição um critério para a concessão do benefício. Pelo

texto, considera-se incapaz de prover a manutenção da pessoa com deficiência ou idosa a família cuja renda mensal per capita for inferior a um quarto do salário mínimo. Essa regra já existe atualmente, mas consta de uma lei ordinária, passível de ser modificada mais facilmente que uma norma constitucional. Professoras - O relator também alterou as regras de aposentadoria para professoras da rede pública de ensino. Agora, de acordo com a proposta, para obter o direito de se aposentar com o último salário, elas precisam alcançar a idade mínima de 57 anos. O texto anterior propunha 60 anos.

PIS-Pasep e BNDES - O novo texto restabeleceu a versão original da PEC para prever a transferência de um percentual da

arrecadação de recursos do PIS-Pasep para o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). No parecer apresentado em 13 de junho, ele previa que essa parcela de recursos fosse destinada para a Previdência Social. Ele também acrescentou dispositivo para garantir que os programas de desenvolvimento financiados por tais verbas sejam devidamente divulgados ao público.

CSLL e bolsa de valores - O novo texto deixa claro que o aumento da alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) para instituições financeiras não atinge as bolsas de valores. No seu primeiro parecer, o relator propôs aumentar a alíquota dos atuais 15% para 20%. A taxa de 20% vigorou entre

2016 e 2018, mas deixou de ser aplicada em janeiro deste ano. Moreira argumenta que o fim da cobrança dessa alíquota adicional deve gerar uma perda de receita de R\$ 5 bilhões para o governo em 2019. A CSLL é uma espécie imposto de renda das empresas, que incide sobre o lucro e é pago trimestralmente. Atualmente, a alíquota desse tributo pode variar de 9% a 15%, dependendo do tipo de atividade da companhia.

Pensão por morte de policiais - O novo texto prevê o pagamento de pensão morte de policial não apenas no caso de agressão sofrida no exercício da função, mas também em razão do trabalho como policial. O parecer também deixa claro que o valor não poderá ser inferior a um salário mínimo.

# Alcolumbre diz a governadores que Senado incluirá estados e municípios

POR CRISTIANA LÓBO

O Senado deve promover mudanças importantes no texto da proposta de reforma da Previdência que vier a ser aprovada pela Câmara. Entre as prováveis alterações que serão operadas pelos senadores está a reinclusão de estados e municípios na proposta de emenda à Constituição (PEC). A informação foi dada pelo presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), quando o assunto foi

discutido na noite de segunda (1º) com governadores e o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ). Ao apresentar voto complementar ontem, o relator da PEC na comissão especial da Câmara, Samuel Moreira (PSDB-SP), manteve servidores de estados e municípios fora da reforma previdenciária.

Na reunião realizada na residência oficial da presidência do Senado, Alcolumbre e Maia tentaram fechar um acordo com governadores de partidos de esquerda para devolver estados e municípios à

PEC já no voto complementar que seria apresentado ontem por Samuel Moreira. Porém, a negociação fracassou. "Aí, sim, vai ter um impasse! A Câmara vai tirar isso do texto ou vai manter?", questionou o governador de Goiás, Ronaldo Caiado (DEM). A versão original da PEC enviada ao Congresso Nacional pelo presidente Jair Bolsonaro previa alterações nas previdências estaduais e municipais, porém, o relator do texto na comissão especial da Câmara retirou os entes federados ao apresentar o



parecer.

Se o Senado introduzir mudanças no texto aprovado pela Câmara, a proposta de reforma da Previdência terá que ser submetida, novamente, à apreciação dos deputados e só prevalecerá se, pelo menos, 308

deputados votarem a favor em dois turnos. Ainda assim, a iniciativa do Senado é considerada uma "ajuda" em favor da inclusão de estados e municípios na reforma. O senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), que já escolhido para

**DAVI ALCOLUMBRE** discutiu o assunto na noite de segunda com governadores e o presidente da Câmara, Rodrigo Maia

relatar a reforma da Previdência no Senado, tem feito reuniões com técnicos para avaliar a proposta. O tucano tem admitido que pretende fazer mudanças no texto.

## REFORMA

Presidentes da Câmara e do Senado tentaram, até o último minuto, convencer os governadores



Política

## Comissão decide hoje calendário de votação da reforma da Previdência

Reunião ocorre um dia após o relator, Samuel Moreira (PSDB-SP), apresentar o voto complementar, que excluiu servidores estaduais e municipais



Foto: Laycer Tomaz/ Agência Câmara

Por **Juliana Almirante** no dia 03 de Julho de 2019 · 10:00

O presidente da comissão especial da reforma da Previdência, Marcelo Ramos (PL-AM), convocou um encontro para hoje (3) com os coordenadores da bancada da Casa para delimitar os próximos passos da tramitação da matéria.

A reunião ocorre um dia após o relator, Samuel Moreira (PSDB-SP), apresentar o voto complementar, que excluiu servidores estaduais e municipais.

De acordo com o G1, ainda será preciso alterar 109 destaques da proposta, já que há casos em que se referem a artigos da PEC que não existem mais ou foram renumerados.

Os destaques são a maneira usada pelos deputados para alterar o texto do relator na votação de seu relatório. As medidas permitem que pontos específicos do parecer sejam votados separadamente para serem suprimidos ou incluídos.

03/07/2019 - 05:00

## Ajustes na reforma desagradam partidos e votação hoje na Comissão Especial é incerta

Por Raphael Di Cunto e Marcelo Ribeiro

Os ajustes divulgados ontem pelo relator da reforma da Previdência na Câmara, deputado Samuel Moreira (PSDB-SP), foram considerados insuficientes para o grupo de partidos que defendem o projeto e espera-se, no Congresso, um novo voto complementar do tucano antes da votação. Após a exclusão dos servidores de Estados e municípios da proposta de emenda à Constituição (PEC), o impasse está nas regras de professores e policiais federais.

A votação na comissão especial seria hoje, mas o presidente da comissão, Marcelo Ramos (PL-AM), avisou que parte dos líderes está contra e fará uma reunião hoje, às 11h, antes de saber se é o caso de marcar uma sessão ainda nesta quarta para votar. "É preciso que os partidos queiram", disse. PP, DEM e PL, legenda do presidente da comissão, não querem e dizem que o texto não está maduro.



*Samuel Moreira: ajustes feitos pelo relator foram considerados insuficientes para legendas que defendem o projeto*

Parlamentares apontam "problemas" no texto que exigirão uma nova rodada de negociações, como a manutenção de que os acidentes de trabalho serão julgados pela Justiça Federal e a volta de uma regra que estipula quem terá direito ao benefício de prestação continuada (BPC), voltada para idosos e deficientes em condição de miséria.

Para o líder do PP, Arthur Lira (AL), que comanda o terceiro maior partido da Câmara, não há acordo para votar o parecer de Moreira esta semana. "Temos que ver se o texto está conforme o combinado. Não tivemos acesso antes e o anterior veio cheio de pegadinhas", disse.

O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), tem mantido discurso otimista e disse, ao chegar à Câmara a tarde, após reunião com governadores e líderes partidários, que seria possível votar a reforma hoje na comissão e na próxima semana no plenário. Ele convenceu o PSL a não pedir a votação de emenda para flexibilizar as regras dos policiais federais e tentava avançar num acordo com os demais partidos para que todos os destaques ficassem para o plenário.

Esse acordo estava caminhando, mas desandou depois que o relator apresentou o novo parecer sem as mudanças esperadas pelos partidos. Moreira manteve as regras propostas pelo governo para os policiais federais, com idade mínima de aposentadoria de 55 anos e regra de transição igual a dos demais servidores públicos. O PSL queria replicar a regra dos policiais militares, de não ter idade mínima para se aposentarem (mas exigir 35 anos de serviço) e só precisarem trabalhar 17% a mais do tempo que falta hoje para se aposentarem.

O partido do presidente Jair Bolsonaro esperava que o relator fizesse alguma flexibilização ao apresentar o novo parecer ontem, mas isso não ocorreu. A sigla do presidente desistiu da emenda mesmo assim, mas o PSD vai manter sua proposta de flexibilização das regras para os policiais e inclusive colocará o deputado Hugo Leal (RJ), autor da emenda, na comissão.

Outro que não recuará da emenda apresentada é o Patriota. "Quero lamentar, em que pese toda a boa vontade do governo, o fato de não haver o mesmo tratamento para todos os envolvidos na segurança pública. É absolutamente inadmissível termos três formas distintas de tratamento", disse o deputado Fred Costa (MG), líder do partido, defendendo que os guardas municipais sejam enquadrados na aposentadoria especial para os servidores da segurança pública.

Já o PL deve manter seu destaque para que os professores de ensino básico e médio não sejam afetados de nenhuma forma pelo projeto. O relator já fez uma concessão, para que as mulheres se aposentem com os 57 anos - os homens foram mantidos com 60 anos de idade mínima -, mas a flexibilização não foi suficiente.

Já no governo, a avaliação é que as pressões são mais políticas do que técnicas. Não há confiança dos partidos nos interlocutores do governo e o ministro-chefe da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, único que tinha alguma interlocução, será substituído esta semana na função pelo general Luiz Eduardo Ramos.

02/07/2019 - 05:00

## Governo e cúpula do Congresso retomam articulações por reforma

Por Marcelo Ribeiro, Raphael Di Cunto e Renan Truffi

O governo e a cúpula do Congresso Nacional retomaram ontem as articulações para tentar viabilizar a aprovação da reforma da Previdência, em conversas com governadores e aliados do Palácio do Planalto. Hoje, o relator da [reforma da Previdência](#), deputado Samuel Moreira (PSDB-SP), deve apresentar à comissão especial seu voto complementar. A votação do parecer, no entanto, ainda não tem data marcada.

>> **Leia mais:**

- ['Reforma da Previdência agrega 0,4 ponto ao PIB', afirma secretário](#)
- [Parecer de MP prevê fim do e-social e muda legislação sobre fundos](#)
- [Partidos querem permissão para novos gastos](#)

A ausência de acordos ainda pode atrasar o cronograma estabelecido pelo governo e pelo presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ).

Os principais obstáculos à votação do parecer permanecem sendo a reinclusão ou não de Estados e municípios no texto e a possibilidade de o PSL, partido do presidente Jair Bolsonaro, apresentar um destaque para garantir regras que contemplem representantes da segurança pública. Segundo o **Valor** apurou, o mais provável é que Estados e municípios fiquem fora do relatório, uma vez que parte dos governadores não estaria empenhada em convencer suas bancadas.

Insatisfeitos com a iniciativa do PSL e com o texto de Moreira, partidos do Centrão continuam querendo aprovar, após a leitura do relatório, requerimento para adiar a análise do parecer para a próxima semana. Caso esse atraso se confirme, a votação da reforma no plenário da Casa deve ficar para depois do recesso parlamentar. Oficialmente, Maia ainda não jogou a toalha e afirma que concluirá a análise da reforma na Câmara antes de 18 de julho, quando começa o recesso dos deputados e senadores.

Ontem à noite, o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), recebeu em jantar os governadores do Ceará, Camilo Santana, de Alagoas, Renan Filho, do Pará, Helder Barbalho, do Piauí, Wellington Dias, e da Paraíba, João Azevedo.

Em entrevista a jornalistas, Santana defendeu que seja criado um fundo de compensação previdenciária para os Estados. Isso porque, na avaliação dele, a reforma da Previdência não resolve o problema do atual déficit das aposentadorias estaduais.

"A gente tem que tentar discutir a questão do déficit da previdência pública dos estados. A ideia é criar um fundo de compensação previdenciária dos estados ou aprovar alguns projetos que estão no Congresso, tipo o bonus de assinatura da cessão onerosa, o fundo social... projetos que possam ajudar os Estados a ter recursos especificamente para a Previdência", disse. "O que a gente tem questionado é que muitos pontos dessa reforma não vão ajudar o déficit previdenciário público dos Estados. Então precisamos ter outras receitas que possam compensar esses déficits. Essa é a discussão que está sendo feita", complementou.

Hoje, será a vez do presidente da Câmara se reunir com os governadores, em uma última tentativa do parlamentar pela reinclusão dos entes federativos na proposta.



Maia: ausência de acordo pode comprometer o cumprimento do cronograma estabelecido pelo presidente da Câmara

A percepção, porém, é que as mudanças não sejam feitas, já que alguns governadores do Nordeste não estão trabalhando para que os deputados de seus estados votem pela proposta. Assessores dos governadores Flávio Dino (Maranhão) e Rui Costa (Bahia) afirmaram ao **Valor** que ambos não fizeram reuniões com parlamentares recentemente para garantir a aprovação da reforma.

O partido de Bolsonaro também contribui para as indefinições sobre o calendário da reforma. Ontem, parlamentares do partido reuniram-se com Maia e Moreira, com o objetivo de convencer o tucano a contemplar categorias da segurança pública em seu voto complementar. Ao deixar o encontro, o líder do governo na Câmara, Major Vitor Hugo (PSL-GO), informou que não houve acordo e que as conversas continuariam até a apresentação da nova versão do relatório.

"Não é questão de ceder ou não ceder. O relatório está construído com ampla maioria. Objetivo sempre foi ganho social. A proposta tem robustez fiscal. Vamos continuar com essa tese. Tem setores que estão relativamente bem preservados. Não há a necessidade, especialmente nesse assunto que vamos discutir, de qualquer concessão, mas é bom discutir, debater".



02/07/2019 - 05:00

## 'Reforma da Previdência agrega 0,4 ponto ao PIB'

Por Ribamar Oliveira

O secretário de Política Econômica do Ministério da Economia, Adolfo Sachsida, disse que sem as reformas que estão sendo propostas pelo governo Bolsonaro o crescimento da economia brasileira ficará em torno de 1,5% a 1,6%. "Se nós queremos crescer novamente a taxas altas, precisamos, primeiro, da reforma da Previdência; depois, de outras reformas pró-mercado e de políticas que afetam a curva de oferta agregada", afirmou, em entrevista ao **Valor**.



O secretário Adolfo Sachsida: O que eu posso dizer é que se nós não aprovamos a reforma da Previdência vai ser um colapso grande na economia brasileira

>> **Leia mais:**

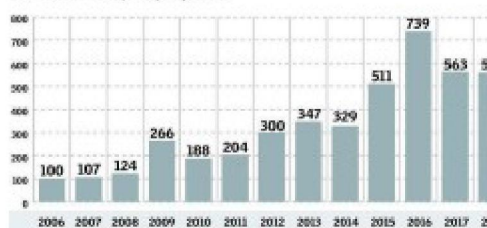
- [Estímulos podem conviver com reformas estruturais, dizem economistas](#)
- [Governo e cúpula do Congresso retomam articulações por reforma](#)
- [Luiz Gonzaga Belluzzo: Divergências estratégicas](#)

Sachsida disse que os estudos feitos pelo governo mostram que a aprovação da reforma da Previdência permitirá um aumento de 0,4 ponto percentual no crescimento do PIB (Produto Interno Bruto) no primeiro ano de vigência das novas regras. "Com uma única medida, conseguir aumentar em 0,4% o crescimento do PIB é uma medida robusta", observou.

Para ele, o problema não é só que a recuperação está sendo lenta. "O problema é que as políticas econômicas erradas adotadas entre 2006 e 2016, principalmente, diminuíram o 'steady state' da economia brasileira". O chamado "steady state" é o patamar de crescimento de equilíbrio, em tradução livre, um conceito semelhante ao de PIB potencial.

### Lá em cima

Pedidos de recuperação judicial



Fonte: SFE

A leitura feita por Sachsida da situação econômica encontrada pelo governo Bolsonaro ao assumir é que havia um sério problema de má alocação de recursos no Brasil. A seguir, os principais trechos da entrevista.

**Valor:** O Brasil está vivendo a recuperação econômica mais lenta da história. Agora, estamos vivendo um processo de interrupção da retomada. Como vocês avaliam isso?

**Adolfo Sachsida:** Quando nós estávamos na campanha eleitoral, eu me lembro que havia aquela ideia de que quando passasse a instabilidade política e acabasse a eleição a economia voltaria a andar. No dia 2 de janeiro, quando comecei na Secretaria de Política Econômica, a primeira coisa que fiz foi chamar a equipe de macroeconomia e dizer: "Preciso saber se nós temos um problema de expectativa ou se tem algo mais sério acontecendo na economia brasileira". A equipe fez um trabalho extensivo. Quando você tem pequenas quedas na produção, o crescimento realmente volta muito rápido. Quando se tem uma recessão mais aprofundada, as empresas começam a ter problemas de garantia muito grande. Em 2014, digamos que uma empresa sofreu, foi muito pressionada. Em 2015, ela fechou. Outra empresa sobreviveu a 2014 e a 2015, mas fechou em 2016. Uma outra conseguiu vender imóveis, se endividou um pouquinho e conseguiu chegar em 2018. Quando chega 2019, ela está muito endividada. Ela não consegue voltar rápido e várias outras empresas já fecharam. O número de recuperações judiciais em 2016 foi mais de duas vezes maior do que o de 2013 (*ver gráfico acima*). A nossa economia estava, portanto, com um problema bem mais sério.

**Valor:** Não era só um problema de expectativa.

**Sachsida:** A nossa leitura foi que havia um problema muito grande de má alocação (de recursos) no Brasil. Por que este é um problema sério? Porque não é só o fato de o governo ter direcionado recursos para uma área que não dá retorno. A questão é que não se pode parar de direcionar, porque se parar o desastre é maior ainda. Os estádios de futebol, por exemplo. Em Brasília, foram colocados R\$ 2 bilhões no estádio, que não serve para nada. Só que todo ano, o governo [do Distrito Federal] é obrigado a colocar R\$ 40 milhões para manter o estádio. O que é pior: no lugar em que está o estádio, não tem um shopping, não tem um centro de convenções. Não só se desperdiçou um montante absurdo de recursos em um investimento, como também bloqueou novos investimentos naquela área. Um exemplo mais sério: a Petrobras fez um investimento monstro na cidade de Itaboraí, no Complexo Petroquímico do Estado do Rio de Janeiro (Comperj). O que aconteceu com o mercado imobiliário da cidade: deu um boom. As pessoas começaram a ir para lá porque ia ter emprego. Médicos foram para lá para montar seu consultório. Advogados, contadores também montaram escritórios. Trabalhadores braçais foram para lá. E o que aconteceu? Deu errado o investimento. Acabou com a cidade. As pessoas que investiram em imóveis terão que realizar uma perda enorme, o desemprego é grande na cidade. Tudo porque houve um direcionamento errado [de recursos]. O problema de má alocação de recursos vai tornando cada vez mais claro que a economia terá maior dificuldade para voltar a crescer. Porque não é só corrigir os erros do passado. Ao se corrigir o erro, tem um custo também. Como é que a Petrobras vai corrigir o erro do Comperj? Tem que diminuir o tamanho [do empreendimento]. Mas na hora de corrigir, tem um custo que já estava lá. A questão, então, é: se nós não fizermos as reformas que o país precisa, não é que a recuperação será mais lenta, é que a economia foi para um "steady state" [patamar de crescimento de equilíbrio, em tradução livre, conceito semelhante ao de PIB potencial] menor.

**Valor:** *Pelo que o sr. está dizendo, a lentidão da retomada está relacionada a problemas de má alocação de recursos ainda não resolvidos.*

**Sachsida:** Vejo muitas pessoas dizendo que esta é a recuperação mais lenta da história. Olha, as políticas econômicas erradas adotadas entre 2006 e 2016, principalmente, diminuíram o "steady state" da economia. Então, não é só o problema de a recuperação estar lenta. Se não adotarmos as reformas pró-mercado necessárias, a nova realidade do Brasil vai ser de crescimento em torno de 1,5% e de 1,6%. Se nós queremos crescer novamente a taxas altas, precisamos, primeiro, da reforma da Previdência. Ela é urgente. É impossível resolver a economia sem resolver o problema fiscal. E a aprovação da Nova Previdência é fundamental para resolver o problema fiscal. Mas, além disso, temos que fazer as outras reformas pró-mercado. Temos que mexer com a economia para aumentar o "steady state" novamente.

**"Eu aposto com quem quiser que se o governo começar a aumentar o gasto público, a crise vai ser pior ainda"**

**Valor:** *O que o sr. acha da teoria que diz que a recuperação está sendo lenta porque, a partir de 2015, o governo reduziu sua intervenção na economia, os seus gastos e, principalmente, os investimentos, mas o setor privado não ocupou o espaço aberto? Ou seja, não teria funcionado a tese de que se o governo saísse da economia, o setor privado ocuparia o espaço.*

**Sachsida:** Acho uma teoria errada. Vou fazer uma pergunta muito simples: se o governo começasse a gastar, alguém acredita que a economia iria melhorar? Eu aposto com quem quiser que se o governo começar a aumentar o gasto público, a crise vai ser pior ainda. Porque aí é que acaba de vez com qualquer esperança de ajuste da economia brasileira. O que essas pessoas dizem é que o governo reduziu o seu gasto, então a demanda agregada caiu e o crescimento caiu. Acontece que acabou o dinheiro. Não é que o governo escolheu gastar menos a partir de 2015. É que o dinheiro acabou mesmo. A mesma coisa agora, o dinheiro acabou. Essa opção de que vamos gastar mais dura dois meses. Acaba o dinheiro e nós não vamos ter recursos para pagar salário. O governo federal está com dificuldade de fechar o ano. Nós estamos com uma meta de déficit primário para este ano de R\$ 139 bilhões e mesmo assim está difícil [de cumprir a meta]. Se formos gastar mais, seria um colapso muito mais sério.

**Valor:** *Quais são as reformas pró mercado que o governo considera necessárias?*

**Sachsida:** O governo Bolsonaro é um governo pró mercado. O que é isso? Em primeiro lugar, responsabilidade fiscal. Segundo, é um governo que combate a inflação, que está rigorosamente sob controle. Terceiro, vamos adotar políticas que afetam a curva de oferta agregada, ou seja, que geram mais eficiência econômica, mais produtividade. Deixando claro que os programas sociais serão mantidos. Podem ficar tranquilos, o programa Bolsa Família, por exemplo, é intocável. Ninguém vai mexer nisso.

**Valor:** *O que significa aumentar a eficiência econômica?*

**Sachsida:** Eu editei um livro no Ipea [Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada] que mostrou que políticas públicas jogaram vários bilhões de reais do contribuinte em alguns setores da economia e que não geraram emprego nenhum. É o momento de rever isso.

**Valor:** *O sr. pode dar exemplo de outras medidas?*

**Sachsida:** Na quinta-feira, o Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou duas medidas importantes: uma mudança nos recebíveis de cartão de crédito, que será uma grande vantagem para o mercado de garantias e para o comerciante. [A mudança permite que, no caso dos recebíveis, o comerciante escolha a instituição financeira que ofereça as melhores condições de crédito.] A outra é que, dentro do Plano Safra, incluímos uma permissão para quando o agricultor pegar o dinheiro para o plantio, ele possa também pegar recursos para comprar uma opção de preço de venda de sua safra. Ou seja, ele já poderá contratar um preço de venda para o seu produto. A medida revoluciona a política de preços mínimos, dando mais garantia ao produtor, melhorando a situação fiscal do governo porque hoje, se quebra a safra, o risco é do governo.

**Valor:** *Foi vendida a ideia de que com a reforma da Previdência, o crescimento voltaria. E hoje há uma percepção de que a reforma, embora seja indispensável, não é suficiente para a retomada da economia. Isso não vai frustrar as pessoas?*

**Sachsida:** O que eu posso dizer é que se nós não aprovarmos a reforma da Previdência vai ser um colapso grande na economia brasileira. Se aprovar, vai ter um crescimento. Os nossos estudos aqui na Secretaria de Política Econômica mostram que o efeito da reforma da Previdência é um aumento de 0,4% no crescimento do PIB no primeiro ano após a aprovação. Conseguir aumentar em 0,4% o crescimento do PIB com uma única medida é robusto. Agora, o que acontece é que infelizmente o problema da má alocação está se mostrando severo. No começo do ano, a expectativa para o crescimento da economia em 2019 era de 2,5%. Hoje, o mercado está prevendo um crescimento em torno de 0,8% segundo o Focus [boletim com as estimativas do mercado editado pelo Banco Central].

**Valor:** *O Banco Central prevê crescimento de 0,8% também.*

**Sachsida:** Só a Nova Previdência joga isso para 1,2%. Um aumento de 50%. É um aumento robusto.

**"Nós estamos em uma democracia. É natural que seja um processo de construção, de conversa e de convencimento"**

**Valor:** *Há uma discussão hoje no Brasil para saber se a economia está em estagnação ou em recessão. E há uma pressão muito grande para que o governo adote medidas que estimulem a economia, para que o governo faça algo. O Banco Central liberou uma parte do compulsório e o ministro da Economia, Paulo Guedes, disse que a liberação dos compulsórios poderá chegar a R\$ 100 bilhões. O que significa isso? Vocês acham que é possível alavancar a economia com crédito?*

**Sachsida:** Eu prefiro não comentar medidas relacionadas com a política monetária. Vamos deixar isso para o Banco Central. O que eu posso dizer é que existe uma diferença entre estimular o crédito como foi feito no passado, que era um crédito artificial e direcionado para setores...

**Valor:** *Artificial porque era com taxa de juros subsidiada?*

**Sachsida:** Isso, taxas subsidiadas e crédito direcionado. Outra coisa é melhorar a qualidade das garantias. Com isso, o crédito naturalmente vai fluir para os setores mais eficientes. Na SPE nós estamos trabalhando para melhorar a qualidade das garantias. Nós estamos retomando o grupo de trabalho do mercado de capitais, estamos em contato com várias associações do mercado para identificar problemas. Nós estamos com inovações no mercado de debêntures. Tem debêntures incentivadas no Brasil. Não vou dizer se está certo ou se está errado. O fato é que elas existem. Dado que elas existem, como faço para ter o melhor uso delas? Queremos verificar se o benefício tributário está na ponta correta. Muita gente diz que as debêntures incentivadas hoje no Brasil só possibilitam a entrada de pessoa física e o correto é pessoa jurídica, fundos de pensão. Para isso, precisamos fazer algumas mudanças legais. Estamos trabalhando nisso.

**Valor:** *Outras medidas de estímulo à economia chegaram a ser anunciadas, mas não foram concretizadas, como a liberação do PIS/Pasep, FGTS... Há certa ansiedade das pessoas sobre a recuperação da atividade.*

**Sachsida:** A ansiedade é nossa também. Vou me permitir divagar um pouco. Eu passei um tempo no Alabama, onde fiz pós-doutorado. A cidade tinha 72 mil habitantes, e o estádio de futebol [americano] tinha 75 mil lugares. A universidade de lá tem um técnico de futebol, que era um dos maiores campeões de futebol americano universitário. O time era uma potência. Eu perguntava a ele qual era o segredo de tantos títulos. E ele dizia: "Tenha um plano, confie no plano e mantenha o plano". Durante a campanha e a transição, houve grandes debates [sobre as medidas que seriam adotadas]. A discussão era se íamos lançar todas as medidas de uma vez ou uma por uma. O núcleo político do governo, o presidente da República, o ministro Paulo Guedes, o ministro Onyx [Lorenzoni, chefe da Casa Civil] decidiram colocar primeiro a reforma da Previdência. Depois, as outras medidas. É claro que entendo o anseio das pessoas. Mas é aquela história: tenha um plano, confie no plano, mantenha o plano. Eu sei que é difícil. Mas imagine o seguinte: se a gente lança uma medida agora que nos tire cinco a seis votos da reforma da Previdência. E isso custe a reforma. Será que não vale a pena aguentar mais duas semanas, aprovar a Nova Previdência e lançar um conjunto de medidas?

**Valor:** *Hoje não é mais possível pensar em zerar o déficit primário neste ano. Qual é o horizonte fiscal com que vocês estão trabalhando?*

**Sachsida:** Eu aprendi a lição [risos]. É melhor a gente não falar em prazos. Durante a campanha, quando nós falávamos que íamos resolver o problema do déficit, o que estava em nossa cabeça era uma solução econômica. Só que nem tudo aquilo que você faz do ponto de vista econômico gera um resultado contábil conhecido como primário. Quando o governo privatiza uma empresa estatal, isso não dá primário. Mas abate a dívida. Quando vendo um imóvel, também não dá primário. Muitas das coisas que estamos fazendo não dá primário, tecnicamente. Mas, do ponto de vista econômico, elas fazem sentido e contribuem para o crescimento sustentável.

**Valor:** *No caso da privatização, o governo ainda não apresentou grandes resultados.*

**Sachsida:** [Levanta-se e vai pegar um documento] Para você privatizar uma única empresa, o processo demora [mostra no documento as várias etapas que o governo precisa seguir para vender estatais]. Nós estamos cumprindo todos os passos. Infelizmente, demora. Nós estamos em uma democracia. É natural que seja um processo de construção, de conversa e de convencimento. Depois, tem um processo legal que o governo tem que seguir.

**Valor:** *No caso da reforma tributária, parece que há um problema. Porque o governo tem uma proposta e o Congresso tem outra.*

**Sachsida:** Não há problema nenhum. A dificuldade do Brasil é que não conseguimos aprovar uma reforma tributária. Agora, de repente, temos um Congresso que quer aprovar uma reforma. Eu queria que todos os problemas fossem iguais a este. Eu conheço a proposta do Bernard Appy e, tecnicamente, ela é muito boa. Se o Congresso conseguir aprovar a proposta, será maravilhoso.

# Satélite



*Os bastidores da política baiana*

POR JAIRO COSTA JÚNIOR COM JÚLIA VIGNÉ



jairo.junior@redabahia.com.br



@satelite

●● **A divisão do bolo tributário do Brasil é muito desigual, mas isso não pode ser motivo para passar a mão na cabeça de administrador irresponsável. Não se pode agir com populismo**  
**ACM Neto**

Prefeito de Salvador e presidente do DEM, ao defender mais repasses para municípios e estados e criticar 'governos irresponsáveis', em relação ao uso do dinheiro dos contratos de cessão onerosa do pré-sal

## Cobrança indigesta

O Ministério Público estadual (MP) cobrou do governo Rui Costa (PT) os planos para o antigo Centro de Convenções, fechado desde 2015. Em ofício enviado à Secretaria da Administração da Bahia (Saeb) na última semana, a promotora de Justiça Patrícia Medrado questiona quais medidas serão tomadas pela administração quanto à destinação do espaço, totalmente abandonado após o desabamento parcial ocorrido na noite do dia 23 de setembro de 2016. Em paralelo, a Central de Apoio Técnico (Ceat) do MP está perto de concluir um parecer sobre as causas que o levaram à ruína.

### FORA DO BARALHO

O governador já descartou por completo a possibilidade de recuperar o espaço e nem definiu ainda o que fazer com ele. Amanhã, Rui Costa embarca para a Espanha. Garante que vai buscar interessados em investir em um novo equipamento na Cidade Baixa, embora a prefeitura deva inaugurar no fim deste ano o Centro de Convenções de Salvador, que está sendo erguido na orla da Boca do Rio.

## Sorrindo à toa

Enquanto isso, o trade turístico comemorou o resultado da licitação sobre empresa que vai gerir o novo Centro de Convenções, vencida pela GL Eventos. Fora a experiência da empresa na área, lideranças do setor acham que a celeridade é importante para atrair eventos em curto e médio prazos.

## Lupa na mão

As contas da União dos Municípios da Bahia (UPB) estão sob a mira de promotores e procuradores de Justiça na Bahia. Um grupo deles apura se é legal a entidade ficar desobrigada de apresentar balanço financeiro ao Tribunal de Contas do Município. A investigação é desdobramento de irregularidades administrativas encontradas em contrato firmado pela UPB com um escritório de advocacia.

## Laços de família

A nomeação de três parentes de políticos do PP na Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE) está causando revolta nos servidores da pasta. Sobrinhos do vice-governador João Leão e do deputado Eduardo Salles, além de um parente do secretário de Infraestrutura, Leonardo Góes, foram nomeados para cargos de chefia e recebem entre R\$ 6 mil e R\$ 8 mil.

## Batata quente

Uma audiência pública sobre o Planserv foi marcada pelo Ministério Público para depois de amanhã, às 14h. A Promotoria irá apresentar as medidas propostas contra o que classifica como "deficiência de prestação de serviços do plano" dos servidores públicos estaduais e afirma estar perto de um termo final.

## Reforço milionário

O Ministério da Saúde destinou R\$ 48 milhões a 59 cidades da Bahia para incrementar o chamado Limite Financeiro da Assistência de Média e Alta Complexidade (MAC). A quantia deve ser aplicada em ações e serviços de saúde do SUS. A capital baiana receberá R\$ 830 mil.

**MENSAGENS VAZADAS**

# Rui critica fala em que Deltan pede pressa em ações contra Wagner

**DA REDAÇÃO E AGÊNCIAS**

Na manhã de ontem, o governador Rui Costa comentou, por meio das redes sociais, os diálogos entre o procurador Deltan Dallagnol e colegas da Lava Jato sobre o senador e ex-governador da Bahia Jaques Wagner. Classificadas por Rui como um "atentado contra o estado de Direito e a Democracia", as conversas foram divulgadas pelo site Intercept Brasil. Zé Neto, deputado federal e ex-líder do governo na Alba, também prestou solidariedade ao senador.

Segundo o site, o procurador demonstrou, em diálogos com colegas da Lava Jato, em outubro de 2018, que era preciso acelerar ações contra o petista Jaques Wagner. Àquela altura tinha acabado de se eleger senador pela Bahia. Nas mensagens, Dallagnol afirma que a busca e apreensão sobre Wagner valeria "por questão simbólica".

"Deltan Dallagnol escolhe como alvo o senador Jaques Wagner para uma busca e apreensão por uma questão simbólica, dias antes da eleição. Nada de justiça. É um

crime contra a democracia e o estado de Direito", afirma o governador.

Rui destacou ainda que "este tipo de atitude é tão perversa quanto a ditadura. A sociedade apoia investigação séria para combater a corrupção, mas não apoia um judiciário e um MP em formato de partido político com feições nazistas numa perseguição cruel aos seus alvos escolhidos por conveniência ou para se construir uma 'questão simbólica'. Muito triste".

Em uma das conversas, Dallagnol pergunta sobre o andamento das investiga-



Raphael Muller / Ag. A TARDE / 01.1.2019

**Rui fez duras críticas às falas divulgadas pelo The Intercept**

ções sobre Jaques Wagner e pede urgência. "Isso é urgentíssimo. Tipo agora ou nunca kkkkk".

O deputado federal Zé Neto prestou solidariedade a Jaques Wagner em suas redes sociais. "Venho prestar minha solidariedade ao senador da República Jaques Wagner, ex-governador da Bahia, honroso, respeitador da lei e do diálogo, ao tempo em que deixo o meu repúdio ao que está posto no Brasil: o comprometimento do Estado de Direito, da Democracia, das nossas instituições e da nossa soberania", diz o deputado.

# OPINIÃO

Os artigos assinados publicados nas páginas A2 e A3 não expressam necessariamente a opinião de A TARDE.

Participe desta página: e-mail: [opinioao@grupotarde.com.br](mailto:opinioao@grupotarde.com.br)

Cartas: Redação de A TARDE/Opinião - R. Professor Milton Cayres de Brito, 204, Caminho das Árvores, Salvador-BA, CEP 41822-900

[opinioao@grupotarde.com.br](mailto:opinioao@grupotarde.com.br)

## Tempo Presente

[tempopresente@grupotarde.com.br](mailto:tempopresente@grupotarde.com.br)

### Combate à intolerância reforçado com estatuto

Quem gosta de ofender adeptos de religiões diferentes vai enfrentar agora mais uma legislação: aprovado pelos vereadores, foi sancionado, antontem, o Estatuto da Igualdade Racial e de Combate à Intolerância.

O documento trata da igualdade de oportunidades, a defesa de direitos e o combate à discriminação e demais formas de intolerância racial e religiosa em Salvador. Será criado o Sistema Municipal de Promoção da Igualdade Racial (Sismupir).

Articulada a outras entidades, o Sismupir vai definir, implementar e acompanhar políticas públicas municipais de enfrentamento e superação a toda forma de discriminação, desigualdade e intolerância racial e religiosa.

O financiamento das políticas de promoção da igualdade racial será constituído por recursos do orçamento de diversas secretarias municipais e poderá também ser oriundo de convênios e de parcerias nacionais e internacionais.

**AÇÕES PREVISTAS** - As ações previstas no estatuto destinam-se ao enfrentamento das desigualdades étnicorraciais nos diversos setores sociais, como a da educação, cultura, esporte, segurança, financiamento público e acesso à terra, entre outros.

O estatuto chega em um momento oportuno, uma vez que as agressões a terreiros de candomblé vêm crescendo e os adeptos dos cultos de origem africana também começam a reagir, pichando templos de fanáticos pentecostais com frases de protesto.

Os desentendimentos vêm crescendo, a ponto de pentecostais alugarem salas próximas a terreiros apenas com o objetivo de perturbar os cultos às entidades africanas com pregações em alto volume, a partir de potentes sistemas de som.

*“Deltan Dallagnol escolhe como alvo o senador Jaques Wagner para busca e apreensão por uma questão simbólica, dias antes da eleição. Nada de justiça. É um crime contra a democracia e o Estado de Direito”*

RUI COSTA, governador

### Investigação continua

O Ministério Público da Bahia (MP-BA) prorrogou por mais 90 dias um inquérito que investiga se há no município de Caravelas, no extremo sul do estado, uma organização criminosa formada por advogados, policiais civis e militares, funcionários públicos municipais e moradores da cidade.

A lista de crimes supostamente cometidos pelo grupo alvo da investigação é extensa: tráfico de drogas, extorsão, corrupção passiva, pedofilia, prostituição e até mesmo crimes ambientais. De acordo com informações do sistema processual do Ministério Público, entre os investigados estão o delegado Robson Marocci e os advogados Taciano Borges e Marcio Antonio Calmon.

### Plantão no TJ-BA

Um novo “enforcamento” na véspera de um feriado vai provocar um plantão mais prolongado no Tribunal de Justiça do Estado da Bahia (TJ-BA). Como o Dia da Independência caiu terça, dia 2, não haverá expediente amanhã, um “dia útil”.

Em consequência de mais um feriadão de quatro dias, ontem, hoje, amanhã e terça, a corte funciona em regime de plantão desde às 18h de sexta-feira e segue desacelerando até às 8h da quarta-feira, dia 3, quando os servidores e juizes devem voltar às atribuições normais.

No período de plantão, o jurisdicionado não poderá realizar peticionamento, exceto por meio eletrônico ou nos casos de urgência que impliquem risco de morte de alguma das partes.

Felipe Iruatá / Ag. A TARDE



**ALÉM DA FESTA** | Mãos esculpidas pelo tempo carregam um símbolo de fé no dia em que fiéis louvam e agradecem ao patriarca da Igreja, São Pedro. O “primeiro papa” assume o papel de protetor das viúvas e padroeiro dos pescadores.

### POUCAS & BOAS

- Em América Dourada, Chapada Diamantina, a festa de São Pedro tem hoje uma programação voltada para as crianças, com animação da banda Gatos Multicores, a partir das 19h, em praça pública. Hoje, tem ainda apresentação de quadrilhas e o desfile da Rainha Junina Moreninha Linda. Os festejos foram abertos ontem e seguem até a terça-feira.

- Amanhã acontece no prédio do Iphan, em Cachoeira, a ‘Oficina de Contação de História: Deixar-se Ser em Palavras’, com a educadora Mirna Rolin, da Cia. Benedita na Entrada. Organizada pela Universidade Federal do Recôncavo Baiano (UFRB), a oficina é destinada a professores, artistas e demais interessados na contação de histórias. O evento faz parte do programa Saberes Cruzados.

MIRIAM HERMES E BRUNO LUIZ SANTOS

**SUPREMO****Toffoli marca retomada de julgamento sobre LRF****RAFAEL MORAES MOURA**  
Estadão Conteúdo, Brasília

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Dias Toffoli, marcou para 21 de agosto a retomada do julgamento sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

O tribunal deverá decidir se mantém ou não suspensos pontos da lei que foram afastados em 2002 pelo STF, como a possibilidade de Estados endividados reduzirem salários e diminuírem a jornada de trabalho de servidores.

A expectativa de integrantes do STF é de que o julgamento se estenda por mais de uma sessão, uma vez que vários dispositivos da LRF serão analisados. O tema é considerado complexo e delicado.

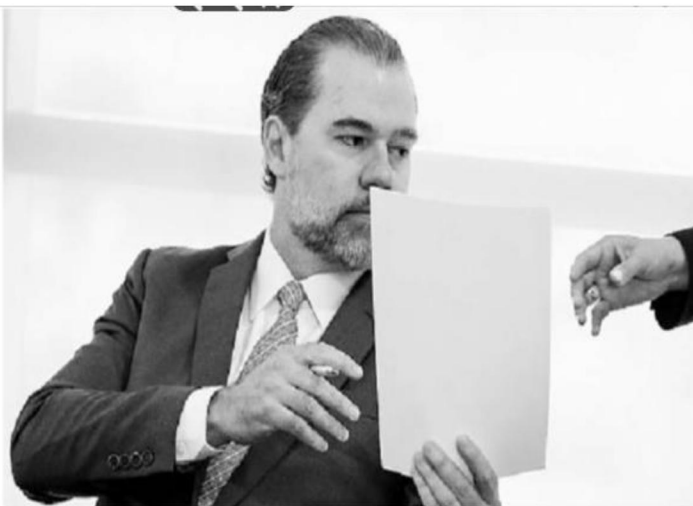
Toffoli havia marcado o julgamento para a última quar-

ta-feira, mas a sessão daquele dia foi dominada pelo debate sobre a Operação Métris (que apura a suspeita de que policiais legislativos do Congresso Nacional atrapalharam o andamento das investigações da Operação Lava Jato), não sobrando tempo para tratar da responsabilidade fiscal.

Segundo apurou o Estadão/Broadcast, o relator das ações, ministro Alexandre de Moraes, deve fatiar sua análise para discutir três questões: contestações que, em sua visão, não têm respaldo técnico; artigos que ele considera válidos; e itens que são inconstitucionais, em sua avaliação.

**Histórico**

O julgamento foi iniciado em fevereiro e suspenso após as manifestações das partes envolvidas nas ações, como Advocacia-Geral da



**STF deve decidir se mantém ou não a permissão de se reduzir o salário dos servidores**

**Toffoli e Gilmar são os mais propensos a votar para defender pontos da LRF**

União (AGU), Procuradoria-Geral da República (PGR), e os autores dos processos. Até o momento, nenhum ministro votou.

Além das sustentações orais das partes, em fevereiro, o plenário decidiu que os ministros Gilmar Mendes e Dias Toffoli poderão participar do julgamento, após uma

**Dias Toffoli marcou para 21 de agosto o julgamento**

questão de ordem apresentada pelo próprio Toffoli.

Os dois se manifestaram em alguns desses processos encaminhando informações na condição de advogado-geral da União, respectivamente nas gestões de Fernando Henrique Cardoso (PSDB) e Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Com o aval do plenário, os dois magistrados vão votar.

Toffoli e Gilmar são considerados mais propensos a votar a defender dispositivos da LRF, segundo fontes ouvidas pela reportagem.

No entanto, conforme mostrou o Estadão/Broadcast em fevereiro, a equipe do governo federal que acompanha a situação de calamidade financeira nos Estados avalia que governadores vão enfrentar dificuldades em obter aval do Supremo para reduzir salário de servidores.



01/07/2019 - 05:00

## Fazenda Nacional leva ao STJ discussão sobre ICMS

Por **Joice Bacele**

A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) recorreu ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) para tentar resolver um ponto que considera pendente da decisão sobre a exclusão do ICMS da base do PIS e da Cofins - proferida em março de 2017 pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Trata sobre o imposto que deve ser retirado do cálculo: se o destacado na nota fiscal, como defendem os contribuintes, ou o efetivamente recolhido, geralmente menor, como entende a Receita Federal.

Os procuradores apresentaram ofício ao presidente da 1ª Seção, ministro Mauro Campbell, pedindo para que essa discussão seja julgada em repetitivo. Cerca de 350 ações sobre o tema, segundo a PGFN, já aguardam julgamento na Corte - todas oriundas do Tribunal Regional Federal (TRF) da 4ª Região, no Sul do país.

Há previsão, no entanto, para um número bem maior. São cerca de 29 mil ações sobre o assunto em todo o país. Processos que, em algum momento, devem ser levados ao STJ. "Estamos alertando os ministros do que pode vir pela frente. É um tema muito repetitivo e que pode assorear o tribunal", diz o procurador Péricles de Sousa, coordenador de atuação judicial perante o STJ.

O pedido da PGFN já foi atendido, em parte, pelo ministro Paulo de Tarso Sanseverino. Como presidente da Comissão Gestora de Precedentes do STJ, cabe a ele fazer um primeiro exame do que pode ser afetado para julgamento em repetitivo. Trata-se de uma análise preliminar com base na quantidade de processos sobre os temas.

Sanseverino destacou quatro recursos que poderiam ser afetados (REsp 1822256, REsp 1822254, REsp 1822253 e REsp 1822251). As partes, agora, podem se manifestar e o relator, depois de sorteado, decidirá se leva ou não para o Plenário Virtual da 1ª Seção decidir se cabe repetitivo ao tema.

A questão tem impacto direto sobre os valores que estão envolvidos na disputa. Isso porque o ICMS que consta na nota fiscal nem sempre é o efetivamente pago pelo contribuinte. Isso em razão da regra da não cumulatividade.

Uma indústria, por exemplo, produz a mercadoria e ao vendê-la para o atacadista paga R\$ 10 de ICMS. O atacadista que comprou a mercadoria vai aumentar o preço do produto e revendê-lo. Nesta etapa, seriam R\$ 25 a pagar de imposto. Só que como na etapa anterior, na compra do bem, já haviam sido recolhidos R\$ 10, faz-se o encontro de débito e crédito e ele tem de recolher a diferença somente, que no caso do exemplo, seriam R\$ 15.

Como na nota fiscal o valor acumula, o que consta são R\$ 25 e não R\$ 15. Essa diferença - entre o que está na nota e o efetivamente recolhido - também pode ocorrer nos casos em que a empresa tem direito a benefícios fiscais. O que fica destacado na nota é geralmente o imposto cheio e não a alíquota reduzida.

Os cálculos de liquidação feitos no caso da Imcopa Importação, Exportação e Indústria de Óleo, empresa que é parte do processo que tramita no STF (RE 574706), por exemplo, se tiverem como base o ICMS que consta na nota fiscal - como pretendem os contribuintes -, teriam como resultado um valor três vezes maior, segundo a Fazenda Nacional.

A PGFN, porém, vai defender, no STJ, o que chama de "meio termo" - nem o efetivamente pago nem o destacado na nota. "São dois extremos", diz o procurador Péricles de Sousa. O que consta na nota fiscal, segundo ele, geraria um "crédito fictício". Por outro lado, acrescenta, seria praticamente impossível apurar os valores recolhidos em um período de tempo razoável.

O órgão entende que deve ser utilizado "um critério contábil". Nessa hipótese, o auditor fiscal levaria em conta, para fins de exclusão, o ICMS recolhido pela empresa no mês seguinte e que foi indicado por ela nos livros de contabilidade ou no sistema de conta corrente da pessoa jurídica.

Advogados que acompanham esse tema, no entanto, criticam a conduta do governo. Afirmando que o acórdão do Supremo não deixa dúvidas de que o ICMS a ser excluído do PIS e da Cofins é o destacado na nota fiscal e entendem que os recursos da PGFN ao STJ tratam-se de uma estratégia para tentar diminuir a conta apenas.

Além disso, sustentam, o questionamento já foi feito nos embargos de declaração que foram apresentados ao STF e seria mais prudente que se aguardasse a decisão. Ainda não há uma data prevista para o julgamento. "É preciso esperar um pronunciamento do Supremo", diz a advogada Cristiane Romano, do escritório Machado Meyer. "Porque é possível que, ao julgar os embargos, os ministros digam que já está claro no acórdão e encerrem a questão."

Especialista na área tributária, Leo Lopes, do FAS Advogados, também entende que o STJ não deve julgar a matéria. "O Supremo já decidiu que é o destacado na nota", afirma. "O valor que compõe a base de cálculo do PIS e da Cofins não é o ICMS pago."

A discussão sobre o ICMS que deve ser excluído ganhou força com a Solução de Consulta nº 13, publicada pela Coordenação-Geral de Tributação (Cosit) da Receita Federal em outubro de 2018. A norma, que definiu a retirada somente do imposto efetivamente recolhido, deve ser seguida por todos os fiscais do país.



que a venda de um bloco de ações pode ser mais atrativa para o banco quando feita para um sócio estratégico. Isso pode ocorrer em ações em que o banco possui participação relevante em uma empresa e, ao mesmo tempo, o ativo tem liquidez alta na bolsa. Nestes casos, a venda "estruturada", para um sócio, pode ser melhor do que a venda direta por corretoras. Modelo semelhante pode ser aplicado para ativos da União.

Eliane disse que o papel do banco nas privatizações será reforçado pela criação, em junho, de uma diretoria específica para cuidar do tema, sob seu comando. Essa diretoria irá ajudar não somente a União, mas também Estados e municípios em projetos de privatização e de Parcerias Público-Privadas (PPPs). "O banco está voltando a se posicionar, como no passado, para ajudar a União e Estados a vender ativos", disse Eliane. Com esse objetivo, parte da equipe de mercado de capitais do banco reforçou a área de desestatização.

Veículo: A Tarde	
Data: 03/06/2019	Caderno: Economia
Assunto: Previdência	Página:

**A TARDE**  
O jornal de toda Bahia

## Inflação sob controle reforça corte nos juros

**DOUGLAS GAVRAS**

Estadão Conteúdo, São Paulo

A inflação sob controle e a necessidade de encontrar alternativas para reaquecer a economia transformaram a queda dos juros básicos em um novo “mantra” entre os economistas. A taxa Selic está em seu patamar mais baixo, de 6,5% ao ano – mas, para analistas ouvidos pelo jornal O Estado de São Paulo, há espaço para cortar ao menos um ponto porcentual. E, ainda que o ciclo de corte dos juros não seja suficiente para tirar o País da letargia, pode ajudar.

No Brasil, a Selic tem sido o maior mecanismo de controle da inflação. Segundo o último Boletim Focus, do Banco Central, no entanto, a perspectiva é de que a inflação pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) fique este ano em 3,82%, bem abaixo da meta de 4,25%. As previsões também são de inflação abaixo da

**3,82%**

**é o percentual que deve alcançar a inflação este ano, pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), segundo o último Boletim Focus, do Banco Central. O número é bem abaixo da meta de 4,25%. As previsões também são de inflação abaixo da meta para 2020 (4%). O cenário reforça os argumentos para a queda ainda maior dos juros**

meta no ano que vem (4%).

Esse cenário de preços controlados reforça os argumentos para a queda maior dos juros. Na visão do ex-diretor do Banco Central Alexandre Schwartzman, as incertezas quanto à melhora da situação fiscal do País têm reduzido a potência da



## A Selic tem sido o maior mecanismo de controle da inflação no país

mais, não sei o que seria. São três anos. O BC não está seguindo o protocolo do regime de metas de inflação.", afirma ele

Mesmo com a Selic em seu menor patamar histórico, os juros reais do Brasil (já considerada a inflação) estão entre os dez maiores dentre 40 economias.

Segundo a Infinity Asset Management, os juros reais no Brasil eram de 2,31% ao ano. Ao mesmo tempo, as maiores economias do mundo experimentam juros reais negativos. Nos Estados Unidos, eles estão em -0,58%; no Japão, -0,75%; nos países da União Europeia, variam de -1,2% (Portugal) a -2,87% (Hungria).

"Se tiver espaço para cortar, sem prejudicar a inflação, não tem motivo para não fazer", diz José Júlio Senna, responsável pelo Centro de Estudos Monetários do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/FGV).

política monetária. "Por isso, o BC sublinhou em seus comunicados que um novo ciclo de quedas de juros é esperado só após o andamento das reformas, sobretudo a da Previdência."

Ele avalia que o aparente conservadorismo no corte de juros é compreensível. "Os juros podem encerrar o

ano em 5,5%, o que não resolve as incertezas econômicas, mas ajuda."

Já o professor da Universidade de Brasília (UnB) José Luís Oreiro considera que o BC tem sido conservador demais. "Deve ser o terceiro ano seguido em que a inflação fica abaixo da meta. Isso quer dizer que há muito

tempo tem espaço para corte."

### Resposta mais forte

Para ele, se os juros básicos estivessem em 5% há um ano, a atividade econômica hoje estaria respondendo mais fortemente. "Se isso não é sinal de uma política monetária conservadora de-

Véículo: A Tarde	
Data: 03/06/2019	Caderno: Tempo Presente
Assunto: Licitações	Página:

**A TARDE**  
O jornal de toda Bahia

## **EDITORIAL** *Licitações transparentes*

*De perfil punitivo mais rigoroso e atenta aos costumeiros atrasos, que elevam os custos das obras, a nova Lei de Licitações, em trâmite na Câmara Federal, teria como objetivo central evitar o uso patrimonialista do dinheiro público.*

*Entre as principais propostas está a contratação de seguro para obras acima de R\$ 200 milhões. O projeto define pena para fraude em concorrências e aumenta valores de empreendimentos com o objetivo de dispensa de licitação.*

*A atual lei sobre licitações está em vigor desde 1993, ainda sob os efeitos da redemocratização do País e da promulgação da Constituição cidadã de 1988. A*

*licitação tornou-se uma imposição para o poder público realizar as obras.*

*Nesta nova proposta, as regras não vão valer para estatais. O projeto prevê as seguintes fases de licitação: preparatória; divulgação do edital; apresentação de*

*A nova Lei de Licitações, em trâmite na Câmara Federal, teria como objetivo central evitar o uso patrimonialista do dinheiro público*

*propostas e lances; julgamento; habilitação; recursal; e homologação.*

*A habilitação passa a ser uma etapa posterior ao julgamento de propostas, o que resultará na inversão de etapas. O texto também prevê que as licitações devem ocorrer, preferencialmente, de forma eletrônica, gerando economia e rapidez.*

*A proposta alterou o diálogo competitivo, uma forma de licitação em que os governos chamam a iniciativa privada, para que as empresas apresentem possíveis soluções às demandas de contratação de serviços.*

*Este modelo de atuação público-privada somente será possível no caso de com-*

*pras que envolvam inovações tecnológicas, ou em situações em que o poder público não consegue definir com a necessária previsão as especificações técnicas.*

*Obras e serviços de engenharia no valor de R\$ 100 mil poderão ter dispensa de licitação; no caso de compras e outros serviços, a dispensa poderá ser feita em empreendimentos de até R\$ 50 mil.*

*Uma boa-nova é a criação de um site para centralizar as informações, fortalecendo o valor transparência e evitando o sigilo. Para os fraudadores, a proposta não agrada: amplia de seis para oito anos a pena de prisão dos criminosos.*



# Bolsonaro amplia benefício fiscal para concentrados de refrigerantes na Zona Franca de Manaus

*Decreto assinado nesta segunda-feira, 1, faz com que IPI passe de 8% a 10% entre outubro e dezembro deste ano*

**Luci Ribeiro e Adriana Fernandes, O Estado de S. Paulo**

02 de julho de 2019 | 11h57

O presidente **Jair Bolsonaro** assinou decreto que amplia de 8% para 10% o benefício fiscal em **Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI)** concedido a concentrados de refrigerantes. A nova alíquota valerá de outubro a dezembro deste ano. A decisão consta de decreto publicado em edição extra do **Diário Oficial da União (DOU)** desta segunda-feira, 1, e favorece principalmente indústrias de refrigerantes instaladas na **Zona Franca de Manaus**.

Em maio de 2018, o ex-presidente **Michel Temer** praticamente retirou o incentivo ao setor, reduzindo de 20% para 4% o tamanho da devolução feita para as empresas em crédito pelo pagamento de IPI. A redução foi uma das ações adotadas por Temer dentro do pacote caminhoneiro como forma de compensar perdas de arrecadação decorrentes de outras medidas voltadas para a categoria. A medida renderia R\$ 740 milhões aos cofres públicos e seria mantida nos anos seguintes. Mas, depois de muitas críticas e reivindicações do setor, Temer editou novo decreto que restabeleceu de 4% para 12% a alíquota do IPI no primeiro semestre de 2019. No segundo semestre, porém, a alíquota cairia para 8% e voltaria a ser de 4% em 2020.

O decreto de Bolsonaro reverte em parte a decisão de Temer. O texto estabelece que essa alíquota será de 8% até 30 de setembro e, depois, de 10% no período de 31 de



outubro até 31 de dezembro deste ano. O decreto de hoje não fixa alíquota para os próximos anos.

**A Frente Parlamentar Mista em Defesa da Indústria Brasileira de Bebidas** reagiu ao decreto do presidente. A medida favorece os grandes fabricantes de refrigerantes, como a **Coca-Cola**. Segunda o presidente da Frente, deputado **Fausto Pinato** (PP-SP), a decisão causará prejuízo de cerca de R\$ 500 mil por dia a Estados e Municípios.

(PP-SP) Foto: Dida Sampaio/Estadão

Para o deputado, a perda na arrecadação se deve em razão do paradoxo tributário que beneficia as companhias estrangeiras que possuem sede na Zona Franca de Manaus, que conseguem reverter o IPI que deveriam pagar sobre o xarope de refrigerante em crédito tributário.

“Além de representar queda na arrecadação a medida também atinge em cheio o setor nacional de bebidas, uma vez que amplia a disparidade existente na carga tributária que incide sobre os produtores de menor porte, causando retenção de investimentos, além de manter estagnada a criação de novas vagas de empregos”, afirmou Pinato.

# Tribuna

## Mercosul e UE assinam acordo de livre comércio

**M**ercosul e a União Europeia finalizaram ontem as negociações para o acordo entre os dois blocos. A informação, antecipada pelo Estado, foi confirmada oficialmente pelo Ministério da Economia e pelo Ministério da Agricultura.

O tratado, que abrange bens, serviços, investimentos e compras governamentais, vinha sendo discutido há duas décadas por europeus e sul-americanos. A rodada final de negociações foi iniciada por técnicos na semana passada. Diante do avanço nas tratativas, os ministros do Mercosul e da União Europeia foram convocados e, desde quinta-feira, 27, estão fechados em reuniões em Bruxelas. É o que mostra reportagem de Renata Agostini e Julia Lindner, O Estado de S.Paulo.

O acordo entre Mercosul e União Europeia representa um marco. É o

principal tratado assinado tanto pelos europeus e quanto pelo Mercosul, que reúne Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai.

O acordo permitirá que a maior parte dos produtos seja comercializada entre os blocos com tarifa zero. Haverá um calendário para que isso ocorra. Os europeus eliminarão mais rapidamente as tarifas, mas vão manter cotas de importação em alguns produtos agrícolas. Para o Mercosul, pode levar uma década para que boa parte das alíquotas seja zerada.

As conversas para o acordo foram lançadas em junho de 1999. Uma troca de ofertas chegou a ser feita em 2004, mas decepcionou os dois lados e as discussões foram logo interrompidas. Em 2010, as negociações foram relançadas.

Desde então, houve idas e vindas com momentos de resistências tanto do lado do Mercosul quanto do lado da União Europeia. Em 2016,

os dois blocos voltaram a trocar propostas e, neste ano, havia a percepção de que faltava muito pouco para um acerto.

Para a rodada final, o governo brasileiro enviou a Bruxelas o chanceler Ernesto Araújo, a ministra da Agricultura, Tereza Cristina, e o secretário especial de Comércio Exterior do Ministério da Economia, Marcos Troyjo.

Em publicação no Twitter na tarde de ontem, Araújo comemorou a conclusão da negociação.

O clima era de otimismo e o Brasil se preparava para anunciar um desfecho favorável já na noite de quinta-feira. Mas muitos detalhes referentes ao setor agrícola ainda não tinham sido resolvidos, segundo uma fonte próxima às conversas que correm na Bélgica.

O clima pesou em diversos momentos e houve tensão entre os negociadores, conta essa fonte. Ao longo desta sexta, porém, foi possível alcançar um consenso.



### Bolsonaro diz que acordo é 'histórico' e que trará enormes benefícios ao país

O presidente Jair Bolsonaro usou o Twitter para comemorar o acordo fechado nesta sexta-feira, 28, entre Mercosul e União Europeia. "Histórico! Nossa equipe, liderada pelo Embaixador Ernesto Araújo, acaba de fechar o Acordo Mercosul-UE, que vinha sendo negociado sem sucesso desde 1999", disse. "Esse será um dos acordos comerciais mais importantes de todos os tempos e trará benefícios enormes para nossa economia", afirmou o presidente na rede social. É o que mostra reportagem de Julia Lindner, Renata Agostini e Gabriel Bueno da Costa, O Estado de S.Paulo.

Bolsonaro lembrou que, juntos, "Mercosul e UE representam 1/4 da economia mundial". "E agora os produtores brasileiros terão acesso a esse

enorme mercado", enfatizou. "Parabenizo também os Ministros Paulo Guedes e Tereza Cristina, bem como as equipes de seus ministros, pelo empenho neste objetivo. GRANDE DIA!", finalizou o presidente.

Em seguida, a ministra da Agricultura, Tereza Cristina, respondeu ao presidente Bolsonaro, também no Twitter. "Momento aguardado há 20 anos! Um grande dia para todos nós! Obrigada, presidente!"

O ministro da Fazenda da Argentina, Nicolás Dujovne, comemorou a celebração do acordo comercial nesta sexta-feira, 28, entre o Mercosul e a União Europeia. Em sua conta no Twitter, a autoridade do governo do presidente Mauricio Macri destacou o potencial econômico que a iniciativa pode trazer ao país.

## Mercado gigante de até US\$ 500 bilhões

Depois de longos 20 anos de negociação, finalmente, foi fechado o acordo de livre comércio entre o Mercosul, bloco que reúne Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai, e a União Europeia. Acredita-se que a parceria resultará na ampliação das exportações do Brasil para a Europa entre US\$ 100 bilhões, pelos cálculos do Ministério da Economia, e US\$ 500 bilhões em 15 anos, segundo a Consultoria BMJ. É o que mostra reportagem de Vicente Nunes Economia

O fechamento do acordo teve como protagonistas os presidentes do Brasil, Jair Bolsonaro, e da Argentina, Mauricio Macri. Do lado da União Europeia, o grande ator foi a Alemanha. A França resistiu ao máximo em assinar o documento, mas, no final, acabou cedendo.

Segundo Wagner Parente, presidente da Consultoria BMJ, especializada em comércio exterior, "o acordo tem um impacto sistêmico, além dos ganhos de acesso a mercado, destravando a agenda negociadora brasileira e trazendo experiência para o país nesse tipo de negociação". Além disso, acrescenta ele, "será interessante observar como o Congresso Nacional lidará com a internalização do acordo, inédito em importância e magnitude."

Parente ressalta que o acordo é o mais ambicioso já assinado pelo Mercosul e representa um sinal concreto da intenção de se abrir ao mercado mundial. "Sua conclusão fortalece institucionalmente o bloco, que vem, há alguns anos, sofrendo duras críticas pela falta de avanço da pauta de

integração e pouca participação no comércio global, em meio às crises econômicas enfrentadas pelos Estados Partes", diz.

Para ele, o acordo fortalece também a agenda de negociações comerciais em curso, podendo levar à conclusão de acordos com o Canadá, EFTA e a Coreia do Sul no curto prazo. Parente ressalta ainda que, similar ao que se observa no Brasil, a conclusão do acordo poderá também dar novo fôlego à agenda liberal nos parceiros do bloco e, em particular, na Argentina, onde o candidato à reeleição presidencial, Mau-

ricio Macri, vem perdendo popularidade e espaço nas pesquisas eleitorais para o candidato de esquerda. "Cabe destacar que o resultado das eleições argentinas poderá influir mais adiante no processo de internalização do acordo", acrescenta.

Na avaliação de Welber Barral, sócio-fundador da BMJ, foi uma longa negociação, para a qual se esforçaram vários governos. "Ainda há um período longo para ratificação e implementação, mas já é um sinal positivo para o comércio e investimentos entre Europa e Mercosul."

### Entenda o acordo comercial

Desde sua criação, em 1991, o Mercosul - formado por Brasil, Argentina, Paraguai, Uruguai e Venezuela - ensaia uma par-

#### TERÁ PARA A ECONOMIA BRASILEIRA?

O governo estima que, em um prazo de 15 anos, as exportações brasileiras

## Indústria brasileira comemora acordo comercial com a UE

Para a Confederação Nacional da Indústria trata-se do mais importante acordo de livre comércio já firmado pelo Brasil. Em nota, o presidente da CNI, Robson Andrade, afirmou que o acordo pode representar o "passaporte para o Brasil entrar na liga das grandes economias do comércio internacional". É o que mostra reportagem de Renata Agostini, O Estado de S. Paulo.

"Cria novas oportunidades de exportação devido à redução de tarifas europeias,

ao mesmo tempo que abre o mercado brasileiro para produtos e serviços europeus, o que exigirá do Brasil aprofundamento das reformas domésticas.

O importante é que essa mudança será gradual, mesmo assim as empresas devem começar a se adaptar à nova realidade", disse Andrade.

De acordo com a nota, o acordo reduz, por exemplo, de 17% para zero as tarifas de importação de produtos brasileiros como cal-

çados e aumenta a competitividade de bens industriais em setores como têxtil, químicos, autopeças, madeireiro e aeronáutico.

Estudo feito pela CNI indicou que, dos 1.101 produtos que o Brasil tem condições de exportar para a União Europeia, 68% enfrentam hoje tarifas de importação ou quotas.

No ano passado, o Brasil exportou para a União Europeia US\$ 42,1 bilhões em produtos. Juntos, os países do bloco representam

o segundo maior mercado para bens brasileiros no mundo, perdendo apenas para a China.

O acordo, que envolve 90% do comércio entre os blocos, tem potencial para elevar essas vendas. Do lado europeu, a maior parte das tarifas de importação será zerada nos primeiros anos. O Mercosul terá mais tempo para promover a abertura: em alguns casos, haverá prazo de mais de uma década para que as alíquotas sejam eliminadas.

## Acordo vai permitir à economia brasileira 'dar um salto'

Diretor do Centro de Economia Mundial da FGV, Carlos Langoni afirma que o acordo do Mercosul com a União Europeia permitirá à economia brasileira "dar um salto". O economista, que já foi presidente do Banco Central e é um dos principais conselheiros do ministro da Economia, Paulo Guedes, diz que o tratado com os europeus é o primeiro passo de uma rica agenda de abertu-

ra comercial que o governo começará a implementar. É o que mostra reportagem de Renata Agostini, O Estado de S. Paulo.

"Vejo o acordo como parte desse novo modelo de crescimento, cuja fonte para sustentar o aumento do PIB potencial são mercados mais competitivos, ganhos de competitividade. O Brasil vai dar um salto. Acho que sentiremos rápido", afirmou

ao Estado.

Segundo ele, o acordo, apesar de ser negociado e gradual, forçará o Brasil a acelerar reformas internas para que o setor privado ganhe produtividade. "A reforma tributária agora ganha mais importância. A estrutura tributária brasileira penaliza a competitividade e o investimento e qualquer processo de modernização produtiva", diz.

Para Langoni, o Brasil deve aproveitar a convergência da visão liberal dos governos do bloco e investir na abertura de frentes negociais com Estados Unidos, China e Japão. "É uma mudança muito clara de estratégia em relação ao viés ideológico do passado que limitava o Brasil a um conceito equivocado de Mercosul ampliado — que incluía Venezuela, Bolívia, etc", afirma.

ceria comercial com os 28 países da União Europeia. As negociações, que começaram oficialmente em novembro de 1999, finalmente chegaram a um acordo comum durante as reuniões entre ministros de ambos os blocos que terminaram nesta sexta, 28, em Bruxelas.

### O QUE É?

É um acordo comercial entre os dois blocos que prevê, em 15 anos, zerar as tarifas de importação sobre cerca de 90% do comércio bilateral. A maior parte das taxas deve ser zerada bem antes disso. A informação do governo brasileiro é que mais de 90% das exportações do Mercosul terão as tarifas zeradas em até 10 anos. Essas negociações se arrastavam há exatos 20 anos, desde junho de 1999.

### QUE SETORES ESTÃO INCLUIDOS?

Estão incluídos no acordo bens, serviços, investimentos e compras governamentais. As empresas brasileiras terão acesso, por exemplo, ao mercado de licitações da União Europeia, estimado em US\$ 1,8 trilhão por ano.

### QUE IMPACTO O ACORDO

para a União Europeia terão um acréscimo de quase US\$ 100 bilhões por ano. Espera-se também que o aumento dos investimentos no País seja da ordem de US\$ 113 bilhões.

### QUAL SERÁ O IMPACTO PARA A INDÚSTRIA BRASILEIRA?

O acordo prevê a eliminação de 100% das tarifas em produtos industriais. Um estudo feito pela CNI indicou que, dos 1.101 produtos que o Brasil tem condições de exportar para a União Europeia, 68% enfrentam hoje tarifas de importação ou quotas. No ano passado, o Brasil exportou para a União Europeia US\$ 42,1 bilhões em produtos. Juntos, os países do bloco representam o segundo maior mercado para bens brasileiros no mundo, perdendo apenas para a China.

### QUAL SERÁ O IMPACTO PARA O AGRONEGÓCIO?

Produtos como suco de laranja, café solúvel e frutas terão as tarifas eliminadas. Outros produtos, como carnes, açúcar e etanol, que seguem a política de cotas de exportação para a União Europeia, terão essas cotas ampliadas.

# Tribuna

## Plano Real, que seguiu inflação, completa 25 anos

Os brasileiros com mais de 40 anos têm fácil memória das estratégias das famílias para mitigar os efeitos da hiperinflação sobre a renda nos anos 1980 e 1990. "Era uma ginástica danada. Tinha que ir atrás de promoções e nem sempre eram suficientes", conta Rute Maria de Souza, dona de um restaurante self-service há quase 30 anos na zona central de Brasília. E o que mostra reportagem de Gilberto Costa – Repórter da Agência Brasil Brasília.

Tendo que repor constantemente a dispensa da cozinha do estabelecimento, a empresária ia mais de uma vez ao dia em supermercados e sempre via a mesma cena: "Eu me lembro das remarcações no mercado. Quando chegava, lá estava a maquininha trabalhando".

Para fugir das intermináveis remarcações, a então professora de ensino fundamental Cléia Gerin, mãe de quatro filhos, estocava alimentos, material de limpeza e sabão para lavar roupa. "O feijão ficava velho, e assim era mais difícil de cozinhar. Acabava que gastava mais gás", comenta, ao citar a necessidade de sempre comprar mais do que efetivamente precisava no mês para fugir da imparável subida de preços.

"A partir do momento em que recebia, era aquela loucura de ir ao mercado para comprar o máximo que pudesse, para durar o mês todo, e para não ter que voltar porque no dia seguinte o preço seria diferente", descreve ao recordar os tempos de inflação galopante.

Apesar das dificuldades, Cléia era professora da rede pública do Distrito Federal e tinha a segurança do pagamento todo mês. Em alguns momentos, era acrescido em sua remuneração um "gatilho" para repor as perdas inflacionárias.

Essa hipótese não existia para todos os brasileiros, como João Batista, engraxate há 45 anos em um ponto no Setor Comercial Sul de Brasília. Ele não podia majorar o preço do serviço quando precisava atualizar sua remuneração. "Só podia aumentar quando a passagem [do ônibus] aumentava", revelando um incidental indexador da renda para trabalhadores autônomos.

A vida de João Batista foi positivamente marcada pela estabilidade monetária após o Plano Real. "Eu não tinha nada. Hoje, graças a Deus e de tanto eu trabalhar, consegui formar meus filhos", orgulha-se. Pessoas como a peque-

na empresária Rute, a assalariada Cléia e o autônomo João tiveram ser convencidas que a moeda que entrou em circulação em 1º de julho de 1994, o real, não era mais uma tentativa fadada ao fracasso para estabilizar a economia, como ocorreu em seis planos emergenciais anteriores: Cruzado 1 (fevereiro de 1986); Cruzado 2 (novembro de 1986); Bresser (junho de 1987); Verão (janeiro de 1989); Collor 1 (março de 1990) e Collor 2 (janeiro de 1991). A comunicação foi um ponto chave para que o Plano Real, implementado em etapas, fosse assimilado e tivesse engajamento. "Sem muita explicação, verbo, liderança e apoio da mídia não se consegue o principal, que é convencer, ou seja, vencer junto tanto com as cúpulas político-tecnocráticas como, principalmente, junto com o povo", assinala o presidente Fernando Henrique Cardoso, em nota à imprensa sobre os 25 anos da iniciativa.



### Ajuste fiscal e troca da moeda estabilizam a economia brasileira

De acordo com o site do Banco Central, o plano desenvolveu-se em três fases a partir do segundo semestre de 1993. Antes de a moeda entrar em circulação, houve um "esforço de ajuste fiscal, com destaque para a criação do Fundo Social de Emergência (FSE), concebido para aumentar a arrecadação tributária e a flexibilidade da gestão orçamentária em 1994 e

1995". O FSE desvinculou despesas e receitas orçamentárias. "De social, [o FSE] não tinha nada, mas foi a primeira vez em que se fez um ajuste nas entranhas das contas do governo", aponta Thomas Traumann. Segundo ele, ali começou a haver uma preocupação sobre os limites até onde poderia ir o déficit público. O economista José

Ronaldo Souza Júnior, pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), assinala que a inflação produzia desequilíbrios nas contas públicas e dificultava a percepção do rombo. "Nem sequer tínhamos uma contabilidade pública na época. A clareza a respeito era muito pouco. Com inflação multissimo elevada e o déficit sendo coberto com emissão de

moeda, havia uma nuvem que dificultava enxergar o problema", disse. Além do FSE, Souza Júnior pondera que "uma série de medidas foram tomadas com o objetivo de organizar o setor público porque se sabia que haveria uma redução de arrecadação do que se chama imposto inflacionário [quando a arrecadação sobe mais por causa do aumento

de preços]". A gestão fiscal exigiu limitação da emissão de moeda e beneficiou-se da compra de títulos da dívida externa no mercado financeiro internacional antes do lançamento do plano. Mais adiante, o ajuste levou à renegociação das dívidas dos estados com a União e à imposição de controles das contas pelos entes federativos.

# Tribuna

## Real é obra inacabada que resultou em juros altos, diz presidente do Ipea

O Plano Real foi uma grande conquista, mas é uma obra inacabada, que deixou como herança uma alta de taxa de juros. Essa é a avaliação de Carlos Von Doellinger, presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), que participou hoje Seminário 25 Anos do Plano Real, os desafios para o Brasil, hoje no auditório do Correio.

Para ele, com o Plano Real o Brasil conseguiu "relativa estabilização" monetária, um pacote de privatizações, e delibou crises externas. Faltou, porém, acredita, completar a missão em dois aspectos: fazer ajuste fiscal e eliminar o déficit nominal (receitas e despesas do governo, inclusive gastos com o pagamento de juros da dívida pública).

A herança ruim foi ter sustentado muito tempo na âncora cambial, até 1999, e ter que fazer um um choque de juros com grande elevação da taxa real para compensar câmbio, como que convivemos até hoje", disse. "Como não conseguimos fazer o ajuste pela despesa, apelou-se pela receita, o que aumentou a carga tributária em em cerca de 8 pontos percentuais do PIB e ficamos com esse carga tributária de 33%, 34% do PIB, um ônus pesado que carregamos até hoje, que atrasa o desenvolvimento", afirmou.

Ele acredita que o ajuste iniciado pela equipe econômica do Plano Real pre-

cisa ser completado, com "um ajustes mais sólido, convincente" e permanente no setor público, com redução da taxa de juros e da carga tributária e da dívida pública para reduzir o encargo de juros. "Se completarmos a obra inacabada do Real, podemos sim ter um crescimento de 4%", disse em sua sua fala no painel Como garantir o crescimento sustentado.

### PROPOSTAS

Ele disse que a equipe econômica tem um conjunto de propostas para complementar "a sinfonia inacabada do Plano Real". Segundo ele, a reformas da Previdência, prioritária, é uma delas, mas não resolve todos os problemas. "Pode gerar uma onda de otimismo e o investidor estrangeiro pode se animar, mas o que vai alavancar o crescimento é um onda pesada de investimentos, basicamente, do setor privado, pois, mesmo com ajuste das contas públicas, não será possível um aumento significativo da taxa de investimento", avisou. Ele citou também a reforma tributária, mas disse que ela não vai conseguir reduzir a carga tributária no médio prazo, mas poderá simplificar os impostos e reduzir o custo das transações tributárias. "A maior racionalização da carga vai permitir, com a retomada da economia, e das receitas, que se possa, aos poucos,

reduzir o coeficiente da carga tributária".

Outra reforma que "está no pipeline" é a do pacto federativo, que será encaminhada ao Senado. Segundo Doellinger, as mudanças propostas pelo governo na divisão das receitas entre os entes federativos lembra o Fundo Social de Emergência do Plano Real, uma desvinculação de receitas que permitiu uma alocação mais racional dos fundos públicos, na sua avaliação. "Propor uma desindexação dos fluxos é fazer uma gestão mais eficaz das contas do setor público e uma descentralização maior de recursos para os entes federativos".

### ABERTURA COMERCIAL

Para o presidente do Ipea, o Brasil precisa de abertura comercial com urgência. Na sua avaliação, o acordo assinado entre o Mercosul e a União Europeia na semana passada é importante, mas não suficiente. Ele afirma que o governo já tem entendimentos agendados com a China, principal parceiro comercial; Austrália; Canadá e Japão. "O Brasil precisa se inserir nas cadeias produtivas do mundo inteiro e não dá para fazer isso com o nível de restrições que temos hoje".

Com a abertura comercial e as reformas, ele acredita que o Brasil pode manter crescimento sustentável de 4% ao ano.

# Tribuna

## “Reforma tributária é a questão mais urgente a ser tratada”

Durante o Correio Debate “25 anos do Real, os desafios do Brasil”, o vice-presidente da Federação Brasileira de Associações de Fiscais de Tributos Estaduais (Febrafite), Rodrigo Spada afirmou que a questão da reforma tributária é ainda mais urgente que a reforma da Previdência.

“Na nossa perspectiva, a reforma tributária é nesse momento, a questão mais urgente e importante a ser tratada no Brasil, assim como era a questão inflacionária na década de 90. Para avançar, o país precisa simplificar, precisa de segurança jurídica e da reforma tributária. O nosso sistema é provavelmente, o mais complexo do mundo, cheio de casuísmos e exceções, que dificulta a vida dos contribuintes e derruba o ambiente de negócios”, disse. É o que mostra reportagem de Ingrid Soares e Thais Moura, Cor-

reio Brasileiro.

Na analogia entre o plano Real e o modelo tributário, Spada ressaltou que o país passou por várias tentativas frustradas de combate à inflação. “Todas focaram apenas na questão sintomática, que era o controle de preços. Já o plano Real foi bem sucedido, pois além do controle de preços, teve controle do déficit fiscal”, destacou.

Para ele, o modelo tributário é perverso, por gerar desarmonização e incidir na guerra fiscal horizontal entre os estados, (quando um estado quer roubar a base produtiva de outros) e vertical, com a União, (invadindo a base dos estados, municípios e vice versa).

“Isso gera erosão da base fiscal e distorções alocatícias, de indústrias migrando para lugares onde não teriam um ponto de eficiência ótimo. A tributação

deveria ser neutra e os empresários escolheriam o melhor ponto de investimento, tanto de logística, quanto de matéria prima, quanto mercado de consumidor. Não é o que acontece. As empresas se alocam em algum local para obter benefícios tributários”.

Spada destaca que os benefícios fiscais são vistos pelo governo como uma forma de alavancar a arrecadação, mas que acaba gerando um sistema falido.

“É como doping. O atleta quando toma, tem benefícios de curto prazo, mas gera falência do organismo a longo prazo. Então, a guerra fiscal pode ter alguma vantagem, mas essa vantagem já é dada por outro estado, e vai dando vários benefícios, corroendo a nossa base de arrecadação, gerando mais déficit público e também distorções de complexidade”, explicou.



Ele aponta que, para fazer o país crescer, é necessário que o plano Real seja tomado como exemplo. “Tem que olhar as duas faces da mesma moeda, não adianta tratar só da regra tributária. Tem que entender

que o Brasil tem muita desigualdade regional”.

O vice-presidente da Febrafite cita como fórmulas para o equilíbrio das contas públicas o fim das renúncias fiscais, a transparência nos benefícios, o foco

na redução de despesas evitáveis, um novo modelo tributária sistêmico que seja simples, que fomente à produção, promova justiça social e promova políticas efetivas de desenvolvimento regional.